



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS DE SÃO CRISTÓVÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos
Jardim Rosa Elze s/n - São Cristóvão (SE) CEP 49.100-00

NAÉDJA DA SILVA

**A COMISSÃO ESTADUAL DA LBA EM SERGIPE DURANTE A
SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939-1945)**

São Cristóvão
2018

NAÉDJA DA SILVA

**A COMISSÃO ESTADUAL DA LBA EM SERGIPE DURANTE A
SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939-1945)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
à Universidade Federal de Sergipe como
requisito parcial para obtenção do grau de
Licenciatura em História.

Orientador: Dr. Dilton Cândido S. Maynard (PPGHC/UFRJ-UFS/DHI)

São Cristóvão
2018

Dedico este trabalho às minhas irmãs e irmão:
Maria Aparecida, Nadiéjina, Viviane, Vivian,
Vitória, Nayane e Maykon – Os mosqueteiros
eram três, os anões eram sete e a vida, tão
generosa comigo, quis que fossemos oito (e
ainda me presenteou com os sobrinhos mais
lindos do mundo!)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Vida ou a Deus, o nome pouco importa, o fundamental é essa energia boa que me faz acreditar em dias melhores e em mim mesma.

A meu orientador Dilton Cândido Santos Maynard, pelo convite para participar do GET, por suas orientações e ensinamentos, que me ajudaram a crescer muito enquanto pesquisadora e pessoa, e por me apresentar a LBA.

Às minhas irmãs e irmão, especialmente Maykon e Nadiéjina (Nady), pelo apoio, força e risos nos momentos menos prováveis (e mais difíceis).

Aos meus sobrinhos Saulo, Jandson, Samily, Sanderson, Ícaro e Laura – extensões das pessoas que mais amo nesse mundo, pela curiosidade e aquela pergunta insistente: “quando acaba esse trabalho?”.

Ao meu cunhado Júnior, por entender as luzes acesas de madrugada e o sofá sendo feito de escritório.

À minha amiga Rejane, por todos os momentos em que precisei de alguém para conversar.

Às minhas colegas de trabalho, sobretudo Dona Ana, por suportarem meu mau humor, causado pelas horas de sono perdidas para fazer esse trabalho.

À Katty, por ser tão prestativa, por me ajudar e se dispor a responder minhas perguntas mais bobas.

À Raquel Anne, por suas observações feitas a meu primeiro artigo, que foram importantes para a continuidade dessa pesquisa.

Ao meu noivo Gerefson, por me acompanhar no Arquivo Público do Estado de Sergipe, por ouvir minhas angústias e compreender minhas ausências.

A todos os professores que contribuíram para minha formação como profissional e, sobretudo, como pessoa – em especial a professora Mislene.

As relações de gênero são permeadas pelas relações de poder.

Iraildes Caldas Torres

LISTA DE SIGLAS

ACS - Associação Comercial de Sergipe

ASI – Associação Sergipana de Imprensa

CC - Comissão Central

CE – Comissão Estadual

CM - Centro Municipal

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

DEIP - Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

DPDE – Departamento de Propaganda e Divulgação Estadual

FEB – Força Expedicionária Brasileira

IHGSE – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

LBA – Legião Brasileira de Assistência

PAIF - Proteção e Atendimento Integral à Família

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cartaz-propaganda da LBA. Fonte: SIAN.

Figura 2 – Darcy Vargas e uma legionária. Fonte: SIAN.

Figura 3 – Cartaz da Campanha "Madrinha do Combatente". Fonte: MOURA E SILVA; DUARTE, 1977.

Figura 4 – Laura Amazonas. Fonte: Site da Academia Gloriense de Letras.

Figura 5 – Estudantes do Colégio Estadual de Sergipe. Fonte: SERGIPE JORNAL, 28/11/1944.p.4.

RESUMO

Este trabalho analisa as ações desenvolvidas pela Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em Sergipe durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A LBA surgiu em 28 de agosto de 1942, operou no âmbito nacional, estadual e municipal, sua finalidade declarada foi oferecer assistência às famílias dos soldados convocados para a guerra. Em Sergipe, a Comissão Estadual da LBA ficou sob a responsabilidade da então primeira-dama, Helena Nobre Maynard Gomes. Neste estudo procuramos analisar o contexto no qual a LBA foi instalada em Sergipe, suas primeiras ações e qual o papel da mulher no movimento. Como fontes de pesquisa, utilizamos os jornais *Diário Oficial do Estado de Sergipe* (de setembro a outubro de 1942), *Correio de Aracaju* (1943 a 1945), *Folha da Manhã* (de agosto a dezembro de 1942) e *Sergipe Jornal* (1944 a 1945). Além dos *Estatutos da Legião Brasileira de Assistência* (1942). A partir dessa pesquisa, foi possível perceber que, desde o início, além de prover as necessidades das famílias dos convocados, a LBA também foi pensada para organizar e institucionalizar a assistência social a nível nacional. Durante a guerra, suas ações foram de caráter campanhista, voltadas para captar doativos para os convocados e suas famílias – sua relação com os seus usuários foram de natureza assistencialista, servindo para popularizar a imagem dos governantes entre a massa. Além disso, essa instituição também serviu como mecanismo de controle e reprodução das ideologias do Estado Novo. Mesmo tendo sido um espaço de reforço dos papéis sociais de gênero – corroborando com a ideia de mulher submissa, voltada para os cuidados da casa e da família – a Legião também possibilitou a inserção da mulher nos espaços públicos, favorecendo sua profissionalização, provocando mudanças no cotidiano de presidentes, voluntárias e usuárias.

Palavras chaves: Legião Brasileira de Assistência (LBA). Sergipe. Segunda Guerra Mundial. Mulher.

ABSTRACT

This paper analyzes the actions developed by the State Commission of the Brazilian Legion of Assistance (BLA) in Sergipe during World War II (1939-1945). The BLA arose on August 28, 1942, operated at the national, state and municipal levels, its stated purpose was to offer assistance to the families of the soldiers summoned for war. In Sergipe, the State Commission of the BLA was under the responsibility of the then first lady, Helena Nobre Maynard Gomes. In this study we try to analyze the context in which the BLA was installed in Sergipe, its first actions and the role of women in the movement. As sources of research, we used the newspapers *Official Diary of the State of Sergipe* (from September to October 1942), *Courier of Aracaju* (1943 to 1945), *Morning Leaf* (from August to December 1942) and *Sergipe Newspaper* (1944 to 1945). In addition to the *Statutes of the Brazilian Legion of Assistance* (1942). Based on this research, it was possible to perceive that from the outset, besides providing the needs of the families of those invited, BLA was also designed to organize and institutionalize social assistance at the national level. During the war, his actions were of a campaignist character, aimed at capturing donations to the summoned and their families - their relationship with their users was of assistance nature, serving to popularize the image of the rulers among the masses. In addition, this institution also served as a mechanism for control and reproduction of the ideologies of the New State. Even though it was a space to reinforce gender roles - in line with the idea of a submissive woman, focused on the care of the home and family - the Legion also made it possible for women to be inserted in public spaces, favoring their professionalization, presidents, volunteers and users.

Key words: Brazilian Legion of Assistance (BLA). Sergipe. Second World War. Woman.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A ORIGEM DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA	13
2.1 O Brasil e Segunda Guerra Mundial	14
2.2 Sergipe e a Segunda Guerra Mundial	16
2.3 A Legião Brasileira de Assistência	18
3 A LBA EM SERGIPE: PRIMEIROS PASSOS	27
3.1 Atendendo ao chamado: A estruturação da Comissão Estadual de Sergipe	27
3.2 A Imprensa e a formação do corpo de voluntárias da CE	32
3.3 A mulher e a guerra: as atividades das voluntárias sergipanas	38
4 A COMISSÃO ESTADUAL DA LBA E O ESFORÇO DE GUERRA EM SERGIPE	44
4.1 Campanhas e ações da CE de Sergipe desenvolvidas durante a guerra	44
4.2 A Comissão Estadual e os benfeitores sergipanos no esforço de guerra	48
4.3 Os serviços e ações desenvolvidos pela CE	53
4.4 Os usuários da Comissão Estadual da LBA de Sergipe	57
4.5 O Primeiro-damismo, o Estado Novo e a Assistência Social	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
FONTES	67
REFERÊNCIAS	71

1 INTRODUÇÃO

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi o órgão responsável por organizar e institucionalizar a assistência social no Brasil (IAMAMOTO; CARVAHO, 2007). Foi criada em 28 de agosto de 1942, sob inspiração da então primeira-dama da república, Darcy Sarmanho Vargas e como iniciativa da Federação das Associações Comerciais do Brasil e da Confederação Nacional da Indústria. Esta instituição teve como objetivo principal prestar assistência às famílias dos soldados convocados para a Segunda Guerra Mundial.

Conforme Iamamoto e Carvalho, “da assistência ‘as famílias dos convocados’, progressiva e rapidamente a LBA começa a atuar em praticamente todas as áreas de assistência social, inicialmente para suprir sua atividade básica e em seguida visando a um programa de ação permanente” (2007, p. 251-252). Desse modo, a Legião esteve em atividade até janeiro de 1995, quando foi substituída pelo Programa Comunidade Solidária, instalado por Fernando Henrique Cardoso (TORRES, 2002)

Marcada pela participação feminina, a LBA funcionou no âmbito nacional, estadual e municipal – Através da Comissão Central (CC), Comissões Estaduais (CE) e Centros Municipais (CM), respectivamente. Em todas essas esferas a presidência esteve a cargo, sobretudo, das primeiras-damas, que formavam a equipe diretiva das Comissões e Centros em parcerias com as organizações comerciais e industriais locais. A principal força de trabalho da Legião foi a mão-de-obra feminina que compôs o corpo de voluntárias da LBA.

Na LBA, Darcy Vargas lançou um modelo de primeiro-damismo que é percebido até os dias atuais – foi a partir dela que a imagem da primeira-dama começou a ser associada a assistência social. Em Sergipe, a atuação da LBA teve início ainda em 31 de agosto de 1942, com a fundação da CE, sob a presidência de Helena Nobre Maynard Gomes, esposa do então interventor federal do estado, Augusto Maynard Gomes.

A proposta deste trabalho é analisar as ações desenvolvidas pela Comissão Estadual da LBA de Sergipe durante a Segunda Guerra Mundial, buscando perceber como a instituição dialogou com o seu contexto e qual o papel da Mulher no movimento. Para tanto, utilizamos como fonte os jornais *Diário Oficial do Estado de Sergipe* (de setembro a outubro de 1942), *Correio de Aracaju* (1943 a 1945), *Folha da Manhã* (de agosto a dezembro de 1942) e *Sergipe Jornal* (1944 a 1945). Além dos *Estatutos da Legião Brasileira de Assistência* (1942).

Como bibliografia básica recorremos a livros como *Mulher e política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)*, de Ivana Guilherme Simili. Nesse, é feito um

estudo sobre a trajetória de Darcy Vargas na esfera política, buscando mostrar as contribuições da personagem para a formação de um modelo de atuação e participação das primeiras-damas brasileiras na política social. Simili (2008) analisa a trajetória da primeira-dama a partir de três momentos: a Legião da Caridade (1930), a Fundação Darcy Vargas (1938) e a Legião Brasileira de Assistência (1942-1945). Foi, principalmente, nesse último momento que focamos para o desenvolvimento deste trabalho.

No livro *Getúlio Vargas, meu pai: Memórias de Alzira Vargas do Amaral Peixoto*, versão atualizada, Alzira Vargas (2017) apresenta escritos inéditos sobre a vivência com seu pai, incluindo a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e a criação da LBA. Considerada “o olho direito de Vargas” (LOCHERY, 2015, p. 39), Alzira foi presidente da Comissão Estadual da LBA do Rio de Janeiro e, no período de licença de Darcy Vargas, chegou a presidir a Comissão Central em 1943.

O livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação história-metodológica*, de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, contribuiu para pensar o contexto de emergência da LBA do ponto de vista da assistência social e da relação capital-trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

Iraildes Caldas Torres, no seu livro *As Primeiras-damas e a Assistência Social: relações de gênero e poder*, traz uma discussão sobre as representações de gênero e as relações de poder, discorrendo sobre a história do primeiro-damismo no Brasil, focando, principalmente, o estado do Amazonas (TORRES, 2002). O livro *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*, de Maria Lúcia Rocha-Coutinho, também contribuiu para compreendermos as questões que permeiam os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Dilton Cândido Santos Maynard, com o livro *Ao pé do Ouvido: Sergipe, o Estado Novo e a Criação da Rádio Aperipê*, contribuiu para, entre outras coisas, conhecermos a imprensa em Sergipe durante a Segunda Guerra Mundial (MAYNARD, 2014). Além dessa produção, também recorremos a textos dos livros *Leituras da Segunda Guerra Mundial em Sergipe* (2013) e *Segunda Guerra: Histórias de Sergipe* (2016), ambos tendo Maynard como organizador e colaborador – esses livros foram de suma importância para conhecermos os reflexos da Segunda Guerra a nível estadual.

A tese de doutorado de Michele Tupich Barbosa, *Legião Brasileira de Assistência (LBA): O protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946)*, nos permitiu conhecer as intencionalidades que permeavam a organização da Legião, de modo a perceber como essa instituição dialogava com seu contexto e qual o papel da

mulher na sua gestão e funcionamento (BARBOSA, 2017).

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, discorremos sobre a origem da Legião Brasileira de Assistência: o contexto no qual emergiu – Segunda Guerra Mundial e Estado Novo; A participação de Sergipe nesse conflito; e, como a LBA foi organizada a nível nacional, quais os seus principais personagens e ações desenvolvidas.

No segundo capítulo, abordamos o processo de expansão e institucionalização da LBA, a partir da fundação e organização da CE de Sergipe: sua estrutura, equipe diretiva e suas ações no sentido de orientar na criação dos CM; O papel da imprensa na mobilização das sergipanas para a constituição do corpo de voluntárias; e, as atividades desenvolvidas pelas legionárias.

No terceiro capítulo, enfocamos as campanhas, ações e serviços desenvolvidos pela CE em Sergipe durante a Segunda Guerra Mundial, procurando perceber as colaborações e parcerias que esta instituição captou para o movimento, como eram as pessoas assistidas pela Comissão e como a mesma sentiu os reflexos do processo de decadência do Estado Novo. Buscamos ainda discorrer sobre a relação entre o primeiro-damismo, o Estado e a assistência social. Em todos os três capítulos procuramos estabelecer a relação entre as ações da LBA e o contexto no qual estava inserida, de modo a procurar identificar as intencionalidades destas.

A Legião emergiu num contexto de guerra, no qual a população brasileira como um todo foi convidada a contribuir com a pátria. Sergipe, devido aos afundamentos dos navios em agosto de 1942, foi um dos poucos estados americanos que sofreu os efeitos da Segunda Guerra de perto. Sendo natural que esta agressão tenha sensibilizado muitos sergipanos, desse modo, o chamado para servir à pátria pode ter tido um significado ímpar para essa população. Dessa forma, trabalhamos com a hipótese de que a CE sergipana foi um importante canal de mobilização popular para o esforço de guerra, provocando transformações no cotidiano das mulheres que se envolveram com a instituição.

Entretanto muito pouco foi escrito sobre a atuação da LBA nesse período, menos ainda na esfera estadual. Assim, esta pesquisa se justifica pela necessidade de resgatar a história da Comissão Estadual da LBA em Sergipe e das pessoas que doaram seu trabalho e tempo para o esforço de guerra, principalmente as mulheres. Através dessa pesquisa, buscamos perceber como a população sergipana vivenciou o período de beligerância, como foi mobilizada, quais segmentos sociais fizeram parte da Comissão, que mudanças foram provocadas na vida das famílias, sobretudo, das mulheres. E como a CE colaborou para a reprodução dos ideais estadonovistas em Sergipe.

2 A ORIGEM DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA

A Legião Brasileira de Assistência (LBA), considerada “a primeira grande instituição nacional de assistência social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 250), foi criada em 28 de agosto de 1942, sob idealização e liderança da então primeira-dama da República, Darcy Sarmanho Vargas. Esta instituição desenvolveu suas atividades no campo da assistência social até sua extinção em janeiro de 1995, como uma das primeiras medidas tomada por Fernando Henrique Cardoso quando assumiu a presidência da República¹.

Ao longo de sua existência, a LBA foi presidida por todas as primeiras-damas da República. Darcy Vargas, junto a Legião, inaugurou “um modelo de atuação para o primeiro-damismo brasileiro, nas cercanias do poder presidencial, como a mulher responsável pela condução das políticas públicas” (SIMILI, 2008, p. 131) – Sua influência foi tamanha, que, mesmo na contemporaneidade, ainda é visível o envolvimento das esposas dos governantes no campo da assistência social.

Uma das principais características da LBA foi o voluntariado feminino, foram mobilizadas mulheres de praticamente todos os lugares do país. “Nenhuma iniciativa da LBA evidenciou tanto a dedicação da mulher e o potencial de mobilização de emergência quanto o Corpo de Voluntárias. Aproximadamente 1.000.000 de Brasileiras o integrava, executando uma série de trabalhos assistenciais” (MOURA e SILVA; DUARTE, 1977, p. 8).

A LBA funcionou no âmbito nacional, estadual e municipal. Em Sergipe sua atuação começa ainda em 31 de agosto de 1942, com a fundação da Comissão Estadual da LBA, sob a presidência da primeira-dama do estado, Helena Nobre Maynard Gomes. Mas antes de nos aprofundarmos no estudo sobre esta instituição, é importante conhecer o contexto no qual ela emerge. Com este fim, este capítulo foi organizado de modo a contemplar a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-1945); A participação de Sergipe nesse conflito e as motivações para a criação da LBA.

É preciso não perder de vista que, paralelo a guerra, o Brasil vivia sob um regime autoritário, conhecido como Estado Novo (1937-1945), implantado através de um golpe encabeçado por Getúlio Vargas. Trata-se de um período de profundas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais no país. De modo que, seria impossível reproduzir esse contexto em toda a sua magnitude, assim, procuraremos focar os aspectos que envolvem a LBA, tanto na sua origem, quanto na sua finalidade.

¹ A LBA foi extinta por força da Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995, art. 19, inciso I.

2.1 O Brasil e Segunda Guerra Mundial

A Segunda Guerra Mundial é conhecida como o maior conflito militar da história da humanidade, surgiu como desdobramento da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O ressentimento provocado pelas medidas impostas à Alemanha pelo Tratado de Versalhes (1919), somado à crise que se desencadeou depois, criou condições para que Adolf Hitler e seus seguidores emergissem num projeto de revanchismo e expansão que desencadeou numa nova guerra.

As grandes potências mundiais se dividiram em dois grupos: os Aliados, bloco formado pela Inglaterra, URSS, França e Estados Unidos; e o Eixo, composto pela Alemanha, Itália e Japão. Mas, ao longo da Segunda Guerra, direta e indiretamente, praticamente todos os países do mundo se envolveram. Milhões de pessoas foram mortas, numa capacidade de destruição em massa nunca antes vista.

Em 22 de agosto de 1942, após agressão sofrida no litoral entre Sergipe e Bahia (resultando em mais de 600 mortos), o então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, em meio à aclamação popular, declarou guerra contra a Alemanha e Itália. Embora o ataque tenha sido amplamente usado pela propaganda do governo como forma de justificar o envolvimento do país na Guerra, é necessário pontuar que Vargas já havia arquitetado essa adesão, num projeto que visava dar ao Brasil maior projeção mundial no pós-guerra (MAYNARD; ASSIS, 2013).

Mesmo possuindo valiosas relações comerciais com a Alemanha, principalmente para a compra de armas, Vargas percebeu que uma aliança com os Estados Unidos era mais vantajosa para atingir seus objetivos. Porém, o presidente tinha suas ressalvas em relação ao crescimento da influência dos EUA sobre o Brasil. E ainda pelo fato dos aliados lutarem por democracia, enquanto o país vivia em uma ditadura implantada pelo próprio Vargas (LOCHERY, 2015).

Da parte dos EUA, uma aliança com o Brasil era vantajosa porque desejavam estabelecer uma base para os seus submarinos no litoral nordeste brasileiro. Interessava a eles também a aquisição de matéria-prima, especialmente a borracha, e assegurar o mercado consumidor em potencial. Além disso, era importante evitar que a Alemanha firmasse uma base no continente americano, a ideia de ter os inimigos tão próximos geograficamente representava uma grande ameaça para os estadunidenses (LOCHERY, 2015).

Em suas negociações com os EUA, Vargas buscou extrair o máximo de recursos possível para o Brasil, procurando, seja de forma direta ou indireta, lembrar a Washington da importância e necessidade de manter aliança com o país. Entre os frutos dessas negociações

está a Siderúrgica de Volta Redonda, realizada com dinheiro emprestado do Federal Loan (órgão do tesouro americano). Junto à siderúrgica, foi desenvolvida a infraestrutura necessária à operação da usina, como a ampliação da rede ferroviária central do país e, principalmente, a criação da cidade de Volta Redonda (LOCHERY, 2015).

Segundo Lochery (2015), no início da década de 1940, o Brasil ainda tinha a agricultura como principal atividade econômica, a maior parte da população vivia na zona rural, os meios de transportes e comunicação do país eram bastante simples e suas Forças Armadas eram atrasadas, com equipamentos ultrapassados e em péssimo estado. Era um país incapaz de proteger suas próprias fronteiras. Como consequência de sua participação na Segunda Guerra, o Brasil surgiu mais modernizado, com o setor industrial em desenvolvimento e suas Forças Armadas tornaram-se a mais poderosa da América do Sul.

Mas se olharmos apenas os resultados, perderemos de vista os caminhos que o país percorreu para atingir esses objetivos. A entrada do Brasil na Guerra levou Vargas a tomar várias medidas, uma delas foi a criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), formalizada em 9 de agosto de 1943, pelo decreto 4.744. Segundo assevera Lochery (2015), ao menos inicialmente, a FEB foi estrategicamente composta por homens recrutados de todas as regiões do país, com isso Vargas desejava, entre outras coisas, reforçar os aspectos nacionalista e unificador característicos do Estado Novo.

Cerca de 300 sergipanos fizeram parte da FEB, entre convocados e voluntários, com idade entre 18 e 30 anos. Através dos jornais, foi possível perceber que alguns desses pracinhas eram alfabetizados. A nível nacional, estima-se que cerca de 70% dos febianos sabiam ler e escrever. Em suas pesquisas, Oliveira (2016, p. 156) observou que os pracinhas sergipanos, antes de ingressarem na Guerra, exerciam profissões variadas, “como marceneiro, pequeno comerciante, jardineiro, agricultor, pedreiro, mecânico, motorista, militar, médico, engenheiro, entre outras”.

Normalmente os febianos de carreira militar eram da classe média e possuíam as patentes mais altas no exército. Militares e civis, os mesmos tinham em comum, além da naturalidade, a ausência de “experiência prática em combate” (OLIVEIRA, 2016, p.148).

Desde o início, a FEB apresentou deficiências em sua organização, no treinamento dos soldados e, mais gritante, na falta de equipamentos necessários à guerra, de modo que, o Brasil só conseguiu enviar a primeira expedição, com 5.075 soldados, em 2 de julho de 1944. Conforme aponta Lochery (2015), foram ao todo 25.300 soldados brasileiros enviados à Itália, desse total, 451 morreram e aproximadamente 2.000 foram feridos durante os combates ou até mesmo nos treinos. A atuação da FEB gerou elogios e críticas, mas sua importância para as

relações que estavam sendo firmadas foi além dos campos de guerra e do desejo de revanche.

2.2 Sergipe e a Segunda Guerra Mundial

Entre os dias 15 e 17 de agosto de 1942, o submarino alemão U-507 afundou cinco navios no litoral entre Sergipe e Bahia, foram mais de 600 mortos, para além dos números, foram homens, mulheres e crianças – pais, mães, filhos, filhas, maridos e esposas – que tiveram suas vidas interrompidas de forma tão brusca (ASSIS, 2016). A comoção tomou conta de toda a população sergipana que, até então, vivia aparentemente distante da Guerra. O jornal *Folha da Manhã* registrou o estado de “consternação” e “indignação” dos aracajuanos:

Ontem, a cidade logo cedo, foi surpreendida com a triste notícia de que tinha torpedeado o vapor brasileiro Baependi, em águas sergipanas, próximo à costa de Estância. Mais tarde novas notícias.

Mais dois navios nacionais tinham sido vítimas das emboscadas do Eixo.

A cidade inteira, ante estas notícias alarmantes que pouco a pouco como labaredas se espalharam por todos os recantos, ficou profundamente consternada (...)

Quando a consternação já era grande e a indignação maior, chega a notícia do torpedeamento de outros dois navios nacionais – “Itagiba” e “Arara” (...) (FOLHA DA MANHÃ, 18 de agosto de 1942. p. 1)

Sobreviventes e cadáveres (e frações de cadáveres) foram “recebidos” pelos moradores de Aracaju, Estância e povoados Praia do Saco e Porto do Mato. Aracaju não tinha estrutura suficiente para lidar com a situação, isso é evidenciado nos registros fotográficos das autópsias nos quais é possível observar muitos cadáveres jogados ao chão (MAYNARD; ASSIS, 2013).

Esses torpedeamentos colocaram Sergipe na história como um dos poucos estados americanos que sentiram os efeitos da Segunda Guerra Mundial de perto. As motivações para essa agressão ainda geram debates, mas é importante observar que não era a primeira vez que navios brasileiros eram atacados. Em 28 de janeiro de 1942, o Brasil rompeu relações com o Eixo, como consequência

Em fevereiro e março de 1942, a Marinha alemã afundou quatro navios brasileiros na costa dos Estados Unidos. Além do desejo de punir o Brasil pelo rompimento das relações, a Alemanha também tinha motivos geoestratégicos para atacar o Brasil. Os alemães acreditavam que o Brasil continuava muito dependente de suprimentos americanos para manter sua economia ativa. O setor mais vulnerável era o de combustível: sua oferta já rareava no Brasil e o país dependia quase totalmente da importação dos Estados Unidos. (LOCHERY, 2015, p. 159)

Ataques desse tipo fazem parte da guerra de tonelagem que “tinha como propósito impedir o abastecimento dos países inimigos” (Assis, 2016, p.13). Porém, diferente dos

ataques anteriores, os afundamentos de agosto ocorreram em território nacional, com navios de navegação doméstica, e com um número expressivo de civis a bordo – conforme aponta Lochery, das cerca de 600 vidas perdidas, “169 eram soldados” (2015, p. 185).

É importante observar que os navios Baependy, Araraquara e Aníbal Benévolo foram atingidos por dois torpedos em um curto espaço de tempo, afundando os navios em questão de minutos, dificultando a possibilidade de salvamento de seus passageiros e tripulantes. Tal fato sugere que o objetivo dos alemães era causar o maior número de perdas possível, reduzindo o número de pessoas salvas.

Em diversos lugares do país ocorreram manifestações populares de protesto. No Rio de Janeiro, por exemplo, a população marchou em direção ao palácio Guanabara para exigir que Getúlio Vargas declarasse guerra ao Eixo. Em Sergipe as reações não foram diferentes, cidades como Aracaju, Riachão, Anápolis, Nossa Senhora das Dores, Estância e Propriá registraram manifestações populares de revolta, em relação à agressão feita pelo submarino U-507, e solidariedade para com suas vítimas e a “pátria”.

Nesse contexto, a entrada do Brasil na Segunda Guerra, mostrou-se bastante aclamada pela população sergipana: “No sábado, dia em que foi reconhecido o estado de beligerância, a multidão passeou o pavilhão nacional pelas ruas da cidade [Propriá], entre ruidosas aclamações” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 02/09/1942, p.5).

Com o país em estado de guerra, uma série de mudanças foi feita mexendo com o cotidiano de toda sua população. Os aracajuanos sentiram essas mudanças assim que houve a agressão no litoral, segundo Assis (2016), se antes dos afundamentos dos navios a população da cidade parecia viver em paz e distante da guerra, depois, as pessoas lidaram com o sentimento de revolta, o medo, a insegurança, as suspeitas de espionagens, os *blackouts*, a proibição de saírem de casa tarde da noite, racionamento de combustível e simulações de ataques aéreos.

A população também teve que lidar com o racionamento e variação no preço de gêneros. Andreza Maynard assevera que o aumento no preço dos alimentos durante a Guerra “atingiu a todos, mas exercia um impacto maior sobre os trabalhadores assalariados” (2016, p. 121-122). Sendo necessária a fiscalização da Comissão de Tabelamento de Preços de Alimentos em Aracaju. Os comerciantes eram acusados de estarem usando a guerra como pretexto para encarecer os alimentos, mesmo os gêneros produzidos no próprio estado estavam com preços elevados. Entre os alimentos que tiveram seu preço acrescido estava o pão (que também teve o seu tamanho reduzido) e o mesmo ocorreu com a carne e outros gêneros. Em suas pesquisas, Maynard (2016) observou que o problema do encarecimento dos

gêneros alimentícios, bem como a tentativa de solucioná-lo, já existia antes do início da Segunda Guerra e permaneceu mesmo com o seu fim.

Diante dessas questões, o governo buscou mobilizar a população para o esforço de guerra que visava, entre outras coisas, “educar a sociedade para racionar gêneros” e “disciplinar o povo para a produção” (SCHURSTER, 2010, p. 489). Nota-se que o governo viu no contexto da guerra uma oportunidade de disciplinar e controlar a população, mas nem todos sergipanos acatavam as instruções e restrições estabelecidas, procurando sempre que possível escapar desse controle.

2.3 A Legião Brasileira de Assistência

Em suas memórias sobre a ocasião da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, Alzira Vargas (2017) percebeu em seu pai a evidente preocupação com relação ao ingresso do país na Guerra:

[Vargas] Meditava sobre a falta de armamento adequado para as tropas, sobre a precariedade de abastecimento, transporte, navios para policiamento do litoral; sobre a extensão desse mesmo litoral, despovoado em tantos pontos, tão vulnerável, Portanto: sobre as consequências econômicas que acarretariam, logo no momento em que o Brasil começava a surgir economicamente, a conquistar mercados para seus produtos manufaturados; e... sobretudo enviar mais sangue brasileiro para ser derramado nos campos de batalha (VARGAS, 2017, p. 370).

Diferente da população que “aclamava” tal estado, Vargas sabia que o país não tinha estrutura suficiente para participar de uma guerra (ainda que fosse algo planejado), mas diante da ocorrência dos afundamentos dos navios em território nacional, o presidente foi pressionando a dar uma resposta imediata, não havia mais como adiar. Seu trunfo era o apoio dos norte-americanos, que estava sendo cultivado desde 1938 (LOCHERY, 2015).

A declaração de guerra ao Eixo aumentou a popularidade do presidente. Porém, do palácio para dentro, restava a Vargas tomar medidas para proteger e evitar uma nova agressão ao nosso território, bem como atuar mais ativamente junto aos Aliados contra o Eixo. Tendo em vista o quadro das deficiências que o país apresentava, “era preciso prever, prover, evitar surpresas” (VARGAS, 2017, p. 370).

Conforme os apontamentos de Alzira Vargas (2017), ciente dos danos que uma guerra poderia trazer aos soldados convocados e, conseqüentemente, suas famílias, a primeira-dama da República, Darcy Sarmanho Vargas, reuniu, na sede da Associação Comercial, seus amigos influentes, todas as esposas dos ministros e sua própria filha, Alzira

Vargas (esposa do Interventor Federal do Estado do Rio de Janeiro), para juntos pensarem sobre uma forma de captar recursos para financiar seu projeto:

Queria uma organização de âmbito nacional que zelasse pelo bem-estar das famílias dos que convocados devessem partir. Para que pudessem bem combater era absolutamente necessário que fossem com o espírito tranquilo, que soubessem que suas famílias não ficariam desamparadas. Era, porém, imprescindível arranjar os meios financeiros suficientes. Pedia sugestões. (VARGAS, 2017, p. 371).

Segundo Alzira Vargas (2017), surgiram propostas como “festas de caridade” e “peditórios” que, conforme observou Darcy, geravam mais trabalho que contribuições significativas. A “proposta vitoriosa” parte dos “dois chefes das duas grandes organizações patronais de então, Associação Comercial e Federação das Indústrias, srs. João Daudt de Oliveira e Euvaldo Lodi” (VARGAS, 2017, p. 371), que sugeriram a contribuição compulsória de 1% e 2% dos salários de empregados e empregadores, respectivamente – proposta oficializada pela Portaria nº 870, de 26 de outubro de 1942.

Assim, desse encontro nasce a Legião Brasileira de Assistência, em 28 de agosto de 1942, sob a inspiração de Darcy Vargas e “por iniciativa da Federação das Associações Comerciais do Brasil e da Confederação Nacional de Indústria” como “uma sociedade civil, de intuítos não econômicos, de duração ilimitada”, tendo como finalidade “congregar os brasileiros de boa vontade e promover, por todas as formas, serviços de assistência social, prestados diretamente ou em colaboração com o público e as instituições privadas” (Art. 1º e Art. 2º dos Estatutos da LBA. BRASIL, 1942, p. 5).

Na emergência do estado de beligerância, as ações da LBA foram direcionadas principalmente na intenção de:

- a) – prestar integral apoio e decidido concurso ao Governo, inclusive apelando para a consciência cívica do povo brasileiro, visando arregimentar e aproveitar as atividades das pessoas não mobilizadas, habilitando-as e encaminhando-as, quando for solicitado, às autoridades civis e militares, ou aplicando-as nos serviços a serem organizados pela LBA.
- b) – prover, sob a forma de serviço social básico, às necessidades das famílias cujos chefes hajam sido mobilizados.
- c) – organizar serviços e promover todas as formas de atividades concernentes ao programa relativo à atual emergência. (art. 2º, § 2ª, alíneas a e b dos Estatutos da LBA. BRASIL, 1942, p.7).

Dessa forma, a LBA propunha auxiliar o governo no esforço de guerra, mobilizando e direcionando as pessoas não convocadas para contribuir nesse esforço. Seu público alvo declarado foram as famílias dos soldados convocados. Para assistir essas famílias, a Legião mobilizou principalmente as mulheres, jovens e solteiras, para o trabalho voluntário. Na figura abaixo, temos um dos primeiros cartazes-propaganda da Legião que foram divulgados

com o fim de chamar as mulheres para trabalhar pela “Vitória do Brasil”, para tanto, era preciso que elas se inscrevessem nos postos da LBA. Segundo Iamamoto e Carvalho, “apenas no Distrito Federal, a LBA montará mais de cem postos de atendimentos e postos diversos de trabalhos voluntários” (2008, p. 251).



Figura 1 – Cartaz-propaganda da LBA. Fonte: SIAN.

Para estender seus serviços a todo o país, a LBA atuava nas esferas nacional, estadual e municipal – através da Comissão Central (CC), Comissões Estaduais (CE) e Centros Municipais (CM). Junto a CC, localizada no Rio de Janeiro, também funcionavam os Conselho Consultivo e Conselho Deliberativo, como órgãos complementares. A equipe diretiva da CC era composta por uma presidente, um secretário geral, um tesoureiro geral, um diretor técnico e quatro vogais² – todos sem remuneração (Estatutos da LBA. BRASIL, 1942).

²Segundo conta no Relatório Biental (1942/1944, p. 11) as atribuições dos vogais eram “[...] propriamente de fundo burocrático, como sejam: protocolo, expedição, arquivo; e esta, com aqueles encargos normalmente confiados a tais dependências, vale dizer pagadoria, recebedoria, contabilidade e almoxarifado.” (apud BARBOSA, 2017, p. 88)

A presidente desempenhava a função de “superintender e coordenar, assistida pelos demais diretores, as atividades da LBA, cumprindo e fazendo executar as disposições estatutárias e as deliberações do CC”. Também era de sua competência “representar a LBA em juízo e fora dele, em suas relações com os poderes públicos e com os particulares, podendo constituir mandatários” (art. 9º, alíneas a e b dos Estatutos da LBA, 1942, p.11).

Os Estatutos da LBA (BRASIL, 1942) estabeleciam que a presidência da CC seria exercida pela primeira-dama da República, e na sua falta, por pessoa de “relevância social”. Darcy Vargas exerceu a função de presidente de 1942 a 1945 – com um período de licença em 1943, em virtude da morte do seu filho mais novo, sendo substituída inicialmente pelo Secretário Geral, Rodrigo Octávio Filho, “Advogado, poeta, ensaísta e membro da Academia Brasileira de Letras” (SIMILI, 2008, p. 72), substituído em seguida por Alzira Vargas, presidente da CE do Rio de Janeiro, e filha da presidente inicial.

A designação do secretário geral era de livre escolha da presidente. Porém, as indicações dos demais membros cabiam a Federação das Associações Nacionais da Indústria (tesoureiro geral e diretor técnico), a Associação Comercial do Rio de Janeiro (duas vogais) e a Comissão Nacional da Indústria (mais duas vogais). O primeiro tesoureiro geral foi João Dault d’Oliveira e o primeiro diretor técnico foi Euvaldo Lodi – cujas participações na idealização da LBA já mencionamos mais cedo. Apenas brasileiros natos poderiam ser membros das CC e CE, nas demais situações eram aceitos aqueles que possuísem a cidadania brasileiras há mais de 10 anos (Estatutos da LBA. BRASIL, 1942).

A CC tinha a função de orientar, dirigir e coordenar as Comissões Estaduais. Estas, por sua vez, orientavam, dirigiam, coordenavam e expediam as normas que regiam os Centros Municipais (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 30/09/1942, p.5). As CE também eram assistidas por um Conselho Consultivo a nível local. Competia “aos Conselhos Consultivos dar parecer sobre todas as questões submetidas ao seu estudo pela CC, ou pelas CE respectivamente, bem com propor quaisquer soluções ou medidas que reputarem convenientes ao melhor cumprimento das finalidades”. (Art. 20 dos Estatutos da LBA. BRASIL, 1942, p.14)

Organizadas nos moldes da CC, as CE tinham sua equipe diretiva composta por uma presidente, um secretário, um tesoureiro e quatro vogais (também não remunerados). Sua presidente era escolhida pela presidente da CC, sob consulta aos chefes estaduais – Geralmente eram escolhidas as esposas dos interventores federais. Essa mesma composição era reproduzida nos CM.

A presidência dos CM normalmente era exercida pelas primeiras-damas dos

municípios, que podiam escolher o tesoureiro e o secretário entre os membros da diretoria da Associação Comercial e da Diretoria do órgão representante da indústria local. Aos CM cabiam a execução direta dos serviços da LBA, sendo responsáveis pela matrícula das famílias dos soldados, que deviam “receber assistências moral, sanitária, educacional e econômica, na forma de programa da Legião” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 30/09/1942, p. 6).

Os CM também eram responsáveis pela inscrição do voluntariado, principalmente o feminino. As voluntárias da Legião eram direcionadas a prestar assistência às famílias cadastradas, desempenhando funções como visitadoras e educadoras sociais:

Formar um *front* interno composto por mulheres dispostas a trabalhar pela vitória do país foi um dos eixos da mobilização desencadeada por Vargas. No que tange às interpretações para o surgimento da LBA como a primeira instituição pública de cunho assistencial, um dos pontos destacados foi o seu traço mobilizador. (SIMILI, 2008, p. 135)

Como já foi exposto, o corpo de voluntários foi um dos principais destaques da LBA. Sob a imagem de Darcy Vargas foi construído uma personagem com o intuito de mostrar que todos estavam cooperando com a nação no esforço de guerra e assim mobilizar o maior número de mulheres para o trabalho voluntário.



Figura 2 – Darcy Vargas e uma legionária. Fonte: SIAN.

As ações da primeira-dama, junto à Legião, eram amplamente divulgadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, órgão responsável pela promoção e divulgação da ideologia do governo Vargas (e pela censura das vozes contrárias). Através de fotos e artigos, o DIP buscou enfatizando o aspecto nacionalista e altruísta das ações da LBA

e sua presidente. Não obstante, a personagem também serviu para promover a imagem do seu marido. Por sinal, assim foi feito com todas as mulheres envolvidas na Legião, de líderes a voluntárias.

A liderança feminina e o forte apelo da LBA ao trabalho voluntário da mulher não foram por acaso, conforme as concepções estadonovistas a mulher apresentava “naturalmente” características próprias para “lidar com pobre”:

Os sentimentos de obediência, altruísmo, caridade, bondade, abnegação, pureza, docilidade e amor, que eram concebidos pelos homens como inerentes ao feminino e atrelados ao lar e à família; as mulheres deviam alocar para a nação, usando-os para ajudar a Pátria-família em que a nação é transformada (SIMILI, 2008, p. 145).

A criação da LBA propunha uma ideia de “cooperação entre os sexos”, mas cada um dentro do seu papel social: os homens para tratar da guerra, as mulheres para cuidar do povo – trazendo para a esfera pública suas qualidades de esposa e mãe, seriam as “protetoras da nação”. Diferente de outros países, como os EUA, nos quais as mulheres foram chamadas a ocupar os lugares vagos pelos homens que foram à guerra, no Brasil, as mulheres foram direcionadas a contribuir no esforço de guerra por meio de ações no campo da assistência social (SIMILI, 2012). É o que podemos perceber no texto da jornalista Maura de Sena Pereira:

A mulher brasileira aderiu em massa, ungida de patriotismo e tocada pelas altas finalidades assistenciais da Legião. Compreendeu que não bastava a simples inscrição, que a seara exigia labor cotidiano e que era mister habilitar-se primeiro, na atividade específica do setor que elegera, para que seu trabalho em prol da defesa da Pátria e da civilização fosse luminosa e frutificante. (In: CORREIO DE ARACAJU, 08/02/1943, p. 2)

Para desenvolver suas ações de assistência às famílias dos soldados, a LBA necessitava de profissionais especializados, porém naquela época existiam poucos trabalhadores habilitados para exercer essas atividades, para suprir essa carência, a Legião vai prestar apoio significativo às escolas de especialização em funcionamento (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008).

Desse modo, a LBA, em parceria com essas instituições, direcionou as voluntárias para cursos de formação em Educação Popular, Visitadoras e Auxiliares Sociais, Voluntárias da Alimentação, Samaritanas Socorristas e Voluntárias da Defesa Passiva Antiaérea. Este último, criado em setembro de 1942 – feito a partir do modelo inglês, significou um momento de inserção da mulher nos quadros de defesa passiva, passando a ter contato com conhecimentos militares (SIMILI, 2008). Conforme Alzira Vargas:

O Voluntariado era voluntariado mesmo e a LBA só lhe dava o uniforme,

isso mesmo em determinadas circunstâncias. O Corpo de Voluntárias da defesa Passiva tinha inúmeras funções. Cabia-lhe: colaborar com as forças armadas e todas as atividades compatíveis, tais como patrulhamento e fiscalização de ruas e casas por ocasião de *Black-outs* reais ou fictícios, encaminhamento da população civil para os abrigos anti-aéreos, primeiros socorros, etc. (In: MOURA e SILVA; DUARTE, 1977, p. 22).

O corpo de voluntárias da Defesa Passiva Antiaérea foi uma organização paramilitar dirigida por Orozimbo Martins Pereira, coronel do Exército e diretor do Serviço de Defesa Passiva. Segundo esse coronel, as voluntárias deveriam se dedicar no “preparo das populações civis, além da guarda dos bens materiais, culturais e artísticos do país” (SIMILI, 2008, p. 14).

Esses cursos foram direcionados às mulheres jovens e estudantes que, por terem mais tempo para se dedicar aos estudos, seriam ideais para ingressar no corpo de voluntárias da LBA. Não é difícil perceber que esses cursos foram idealizados na perspectiva de aperfeiçoar os predicados “naturais” da mulher fazendo com que ela estendesse à nação a sua condição de cuidadora “devotada” da casa e da família.

No entanto, Simili (2008) observa um aspecto importante: através desses cursos, as mulheres tiveram contado com novas situações e conhecimento que provocaram sua participação no espaço público, dando condições para a perspectiva da profissionalização feminina. Nesse contexto, profissões antigas foram revitalizadas, a exemplo das enfermeiras e educadoras, profissões novas surgiram e outras foram efetivadas, é o caso das assistentes sociais – A LBA, “através de sistema de bolsas de estudo e da distribuição de recursos financeiros, viabiliza o surgimento de Escolas de Serviço Social nas capitais de diversos Estados, atuado geralmente em convênio com os movimentos de ação social e ação católica” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 252).

No período de guerra, as ações da LBA foram de caráter campanhista. Visando principalmente a angariar doações da sociedade, foram desenvolvidas campanhas como a “Campanha do Cigarro”, “Campanha do Agasalho para o Pracinha”, “Campanhas de Presentes de Natal”, Campanha “Hortas da Vitória”, “Campanha das Madrinhas dos Combatentes” e “Campanha do livro para o Soldado combatente” (MOURA E SILVA; DUARTE, 1977).



Figura 3 – Cartaz da Campanha "Madrinha do Combatente". Fonte: MOURA E SILVA; DUARTE, 1977.

O trabalho das voluntárias também foi direcionado às “salas de costura” e “salas de bandagens”, as primeiras para a confecção de peças doadas ao Ministério da Guerra, Marinha, Aeronáutica, instituições assistenciais privadas e as Comissões Estaduais da LBA. E as segundas, para a “produção de materiais médico-hospitalares” destinados às Forças Armadas (SIMILI, 2008, p. 189).

Nesse ponto, é importante observar que a LBA não foi a primeira “legião” idealizada pela primeira-dama – em 1930, para auxiliar o marido com a “revolução”, Darcy Vargas projetou a Legião da Caridade, que visava confeccionar roupas e agasalhos para os combatentes que partiram com Vargas em sua empreitada, bem como fornecer alimentos para suas famílias (SIMILI, 2008).

Alzira Vargas chega a levantar a possibilidade de a Legião da Caridade ser embrionária da LBA (MOURA E SILVA; DUARTE, 1977), mas como já sabemos esta

última sobreviveu ao período de beligerância, e durou por décadas. O que justifica a continuidade da LBA mesmo com o término da Era Vargas? Talvez o esforço de guerra seja apenas o começo da resposta, o pretexto, a propaganda de um projeto maior.

Aos poucos iremos perceber que, a despeito das intenções de Darcy Vargas, que era “quase toda ela coração e sensibilidade” (VARGAS, 2017, p. 370), a LBA desempenhou um papel sólido e estratégico no governo Vargas. Sua funcionalidade vai muito além do previsto pelos seus Estatutos e do exposto nos jornais da época. Está ali nas entrelinhas, é preciso estar atento a muitos detalhes. Nos próximos capítulos, procuremos analisar a atuação da LBA, tendo como foco a Comissão Estadual de Sergipe, buscando perceber como esta instituição dialoga com seu contexto e quais as intencionalidades, divulgadas e ocultas, que permeiam suas ações.

3 A LBA EM SERGIPE: PRIMEIROS PASSOS

Para estender seus serviços a todo o território nacional, a LBA se dividiu em Comissão Central (CC), Comissões Estaduais (CE) e Centros Municipais (CM). Neste capítulo abordaremos esse processo de expansão a partir da fundação e organização da CE de Sergipe e suas primeiras ações no sentido de orientar a criação dos CM e mobilizar as sergipanas para o corpo de voluntárias.

3.1 Atendendo ao chamado: A estruturação da Comissão Estadual de Sergipe

Em 29 de agosto de 1942, Helena Nobre Maynard Gomes, esposa do Interventor Federal de Sergipe, Augusto Maynard Gomes, recebeu um telegrama de Darcy Vargas com a seguinte mensagem:

Visto grandes dificuldades atravessa nosso país, mulher brasileira será chamada cumprir importante missão na proteção [das] famílias [dos] nossos bravos soldados e execução [de] todos os deveres civis [que] forem necessários. Com esse objetivo foi fundada nessa capital sob a égide Federação das Associações Comerciais do Brasil a Legião Brasileira de Assistência. Desejando estender [a] todo país benefícios esta organização sugerimos [que] assuma nesse Estado a direção do movimento em conjunto Associação Comercial que a procurará imediatamente (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 1ª de setembro de 1942, p.5).

Telegramas semelhantes a esse foram direcionados a todas as esposas dos interventores federais, chamando-as a dirigir as Comissões Estaduais da LBA nas suas respectivas localidades. Em suas memórias, Alzira Vargas (2017) percebeu a escolha das primeiras-damas como algo natural. Essa afirmação faz sentido, pois esse “pé”, ou melhor, essa “mão esquerda” no Estado, além de sugerir uma relação de parceria e cooperação entre os sexos, implicou no maior envolvimento dos interventores na mobilização para o esforço de guerra.

Analisando o telegrama, podemos observar que o chamado veio posterior ao apelo patriótico dirigido à “mulher brasileira” para desenvolver uma missão na qual a mesma contribuiria principalmente como “protetora” da família dos soldados – evidenciando assim qual o suposto papel social da mulher naquela época: protetora da casa (que estenderiam seus cuidados à nação). Nessa perspectiva, era próprio da natureza feminina atributos como obediência, caridade, docilidade e abnegação, por esse motivo, a mulher estava mais apropriada para cuidar dos mais necessitados. Segundo Simili, esse pensamento “serviu de justificativa para um arranjo de cooperação entre os sexos para a guerra, o qual orientou a

composição de uma parceria entre o Estado, o empresariado e o voluntariado feminino civil” (2008, p. 137).

Como o telegrama sinalizou, essa “parceria” com o empresariado foi feita através da Associação Comercial local, de modo que, a presença de um membro da Associação na equipe gestora foi condição necessária para a formação das Comissões e Centros. Como já sabemos, a Federação das Associações Comerciais foi patrocinadora da LBA, estando presente nesse movimento desde a sua idealização – Partiu dos seus representantes a ideia da contribuição compulsória de 1% e 2% dos salários de empregados e empregadores, respectivamente. No entanto, Simili (2008) observa que nessa suposta parceria é visível que a mulher (voluntárias) é colocada em situação de subjugação ao homem (Estado e empresariado).

Dois dias após o recebimento do telegrama, em 31 de agosto de 1942, foi fundada a Comissão Estadual da LBA em Sergipe. Na ocasião, estavam reunidos o Interventor Maynard, sua esposa Helena Maynard, os diretores da Associação Comercial de Sergipe (Joaquim Lins de Carvalho, José Quintiliano da Fonsêca Sobral, Francisco de Sousa Pôrto, Carlos Melo de Silveira, Manuel M. de Almeida e José C. Barreto) e o professor Acrísio Cruz, Assistente Técnico do Departamento de Educação.

Nesta reunião, a primeira-dama firmou-se como presidente da Comissão. Além disso, foram discutidas diversas questões como “a fundação de núcleos municipais” (Centros Municipais), “a inclusão dos nomes de várias senhoras e senhoritas de nossa sociedade” e “a escolha de Acrísio Cruz para secretariar a comissão encarregada desse patriótico movimento em nosso Estado” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 01/09/1942, p. 5).

Aos 18 de setembro de 1942 ocorreu a instalação solene da CE no Palácio do Governo. Ao noticiarem sobre esse evento, os jornais da época apresentaram a seguinte composição da equipe diretiva: “Presidente – D. Helena Maynard; Secretário – Manuel M. de Almeida; Tesoureiro – Carlos Melo de Silveira. Vogais: Maximino Ribeiro – Torquato Fontes – Walter do Prado Fontes – Joaquim Sabino Ribeiro” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 19/09/1942, p. 4; FOLHA DA MANHÃ, 19/09/1942, p.4).

Um leitor atento percebeu a mudança com relação ao secretário da CE. No *Diário Oficial do Estado de Sergipe*, da sua fundação até sua instalação solene, a Comissão era noticiada tendo como secretário o professor Acrísio Cruz. Conforme podemos exemplificar a seguir:

A Exma. Snra. D. Helena Maynard Gomes, depois de haver anunciado os fins da importante reunião, pediu ao professor Acrísio Cruz, ilustre

Assistente Técnico do Departamento de Educação e Secretário da L.B.A. que desse em linhas gerais conhecimento das instruções recebidas. (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 19/09/1942, p. 4.)

Curiosamente, nessa mesma notícia, Manuel M. de Almeida foi apresentado oficialmente como secretário da Comissão Estadual. Nas notícias seguintes, Acrísio Cruz passou a ser retratado como a pessoa “designada, pela interventoria, para servir a LBA” (DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE, 07/10/1942, p.3).

No *Diário* não foi exposto o motivo pelo qual Acrísio Cruz não foi oficializado como secretário da CE. A hipótese mais provável tenha sido a necessidade de formalizar a parceria entre o governo estadual, voluntariado e empresariado local, visto que, conforme os Estatutos da LBA, art. 13, § 2º, “o secretário e o tesoureiro [da CE] serão indicados pelas diretorias da Federação das Associações Comerciais e da Federação da Indústria, do Estado” (BRASIL, 1942, p. 12). Naquela época, Carlos Melo de Silveira e Manuel M. de Almeida eram, respectivamente, 1º e 2º Secretário da ACS.

Provavelmente a escolha inicial por Acrísio Cruz tenha sido feita sem o conhecimento dessas normas, uma vez que, a Comissão foi fundada praticamente assim que Helena Maynard recebeu o telegrama de Darcy Vargas, que, como vimos, não ofereceu muitas explicações quanto à escolha da equipe diretiva, apenas informou sobre a necessidade de trabalhar em parceria com a Associação Comercial local. Observe que os Estatutos da LBA foram oficializados apenas em 1º de outubro de 1942, pela Portaria nº 6.013.

Nos noticiários, Manuel M. de Almeida apareceu, enquanto secretário da CE, em comunicações oficiais, a exemplo de convites e convocações, quando era apresentada a relação da equipe diretiva. Na prática, ao menos no início da organização da Comissão, foi Acrísio Cruz quem mais se moveu, representando efetivamente a CE nos eventos e reuniões na capital e no interior, discursando nas inaugurações dos Centros Municipais, orientando a criação de postos para a inscrição de voluntárias e dando instruções sobre a “Campanha 10 de novembro”, sobre a qual falaremos no próximo capítulo (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 1942).

Com a Comissão formada, o passo seguinte foi a mobilização das esposas dos prefeitos para a criação dos CM da LBA. Em 1º de setembro de 1942, Helena Maynard expediu às primeiras-damas municipais um despacho informando sobre a fundação da CE e solicitando que as mesmas organizassem os “núcleos municipais” e assumissem sua direção: “Apelou para os sentimentos de brasilidade das mesmas, no sentido de que o patriótico movimento se intensifique e se alargue pelas nossas localidades do interior” (DIÁRIO

OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 05/09/1942, p.5). O “apelo” da presidente foi respondido de forma positiva pelas convocadas. Capela foi o primeiro município do estado a noticiar, em 05 de setembro de 1942, a criação do seu CM.

Mas nem todos os CM de Sergipe foram presididos pelas suas primeiras-damas. Nessas situações, sob consulta dos chefes municipais, foram designadas senhoras “de notório espírito cívico” residentes nas cidades. Em Neópolis, por exemplo, a pedido do prefeito Mário Gonçalves, quem assumiu o Centro foi a professora Maria das Graças Azevedo Melo, esposa do Promotor Público da Comarca (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 17/09/1942, p.6).

Alguns municípios seguiram à risca a ideia de “dever patriótico da mulher brasileira”, e criaram CM com direção composta apenas por mulheres, como os Centros de Capela, Japaratuba, Siriri, São Cristóvão³, Propriá e Riachuelo. Conforme as orientações para a “Organização dos Centros Municipais”, com exceção da presidente (cuja ocupação já era especificada para uma mulher), os demais membros deveriam ser selecionados entre os membros da “Associação Comercial e da Diretoria do órgão respectivo da indústria local” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 30/09/1942, p. 5). Considerando o contexto da época, é muito pouco provável que essas secretárias, tesoureiras e vogais fossem membro da Associação Comercial local (mas, não podemos desconsideramos a possibilidade de algumas delas serem esposas dos membros). Naquele tempo, o trabalho feminino era socialmente aceito como complemento de renda familiar (comum no caso de mulheres oriundas das camadas populares) e/ou “em atividades que estavam intimamente relacionadas às suas funções maternas, tais como a enfermagem, o serviço social e o magistério” (BARBOSA, 2017, p. 34).

Através do *Diário*, podemos identificar que algumas das mulheres que ocuparam a equipe diretiva dos CM eram professoras, como por exemplo Laura Amazonas e Jení Dantas, respectivamente, secretária e tesoureira do Centro de São Cristóvão (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 29/09/1942, p.5). Embora a notícia se refira a Laura apenas como professora, é importante observar que essa sergipana é considerada “a primeira mulher diplomada do Estado de Sergipe e também a primeira odontóloga de sua terra (MENEZES, 2017, p. 223) – graduou-se aos 21 anos de idade, pela Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo, em 1905 – Laura exerceu essa profissão, de predominância masculina, até a primeira metade da década de 1950 (em 1942, a odontóloga tinha quase 40

³ No *Diário Oficial do Estado de Sergipe* (29/09/1942, p. 4-5) a escrita é “São Cristóvam”.

anos de profissão e o jornal não destacou isso).



Figura 4 – Laura Amazonas. Fonte: Site da Academia Gloriense de Letras.

Quando começou a planejar a criação dos CM, Alzira Vargas, presidente da CE do Rio de Janeiro, percebeu a dificuldade em seguir fielmente as normas expedidas pela LBA (que, por sinal, ela própria ajudou a redigir). Procurando orientação, Alzira mostrou os Estatutos da LBA para seu marido, Ernani do Amaral Peixoto, que observou: “Esse estatuto é inexecutável. Você já se lembrou de que existe no estado do Rio uma quantidade de municípios que não têm uma única indústria, que só vivem da agricultura? Em matéria de comércio é a mesma coisa, não estão organizados” (VARGAS, 2017, p. 373). Diante disso, o interventor federal do Rio de Janeiro aconselhou sua esposa a convidar as esposas dos chefes municipais e buscar “auxiliares entre as professoras”.

Podemos observar dois aspectos importantes nas observações do interventor Amaral Peixoto. Um deles é que, se no Rio de Janeiro a indústria e o comércio não estava presente em todos os municípios, em Sergipe, a situação não era diferente. Desse modo, celebrar a “parceria” entre voluntariado, Estado e empresariado não foi de pronto uma tarefa fácil. O segundo, diz respeito a participação de professoras e professores na LBA – note que tanto Alzira Vargas como Helena Maynard buscaram o auxílio desses profissionais e, pelo visto, a

importância destes também foi reconhecida em alguns Centros.

Nos CM de Sergipe também vislumbramos a participação de religiosos como o padre Heraldo Barbosa, vogal do Centro de Itabaiana (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 06/10/1942), e a irmã Candida Maria Imaculada, vogal do Centro de Propriá (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 24/09/1942). Até onde pesquisamos, mesmo quando as direções eram mistas, a presença feminina se sobressaiu. Se as orientações para a “Organização dos Centros Municipais” fossem seguidas à risca, não haveria essa maioria feminina na gestão dos Centros – ao que parece, os municípios sergipanos se organizavam ao seu modo, dando mais espaço para as mulheres (só não sabemos como esse espaço foi administrado na prática).

Porém, na CE de Sergipe, bem como na Comissão Central, a presidente foi a única mulher nos cargos diretivos – a parceria com o empresariado legitimava a predominância masculina na equipe gestora. Nesse ponto, é importante atentar para os papéis sociais de gênero presentes nessa configuração. Em suas pesquisas, Barbosa (2017) observou que:

Os cargos de técnicos especializados e representantes de departamentos na Comissão Central eram ocupados por homens, a maioria deles com seus nomes e funções designados no Relatório Bial das Atividades da LBA. Suas atribuições são burocráticas, específicas. A eles estavam atribuídos os pareceres técnicos a respeito das decisões para a implantação das estruturas da LBA em todo país. Eram eles que estabeleciam as diretrizes de atuação, planejavam as ações, designavam verbas e faziam o controle do orçamento da LBA. Para os homens, o cuidado era distante dos necessitados, e não era esperado que eles atuassem na prática cotidiana, ou no amparo relacional às famílias dos soldados e às famílias pobres. Sua função era propositiva e de coordenação. (BARBOSA, 2017, p. 85-86)

Assim, podemos observar que a participação da mulher nas Comissões da LBA foi direcionada propositalmente para o voluntariado, prevalecendo dentro da instituição a divisão de papéis de acordo com o sexo – os homens ficavam com cargos de cunho deliberativo, burocrático e financeiro; e, as mulheres com cargos relacionados ao cuidar, eram as cuidadoras da pátria, que iriam levar ao espaço público suas qualidades de mãe, esposa, filha e irmã (BARBOSA, 2017; SIMILI, 2008).

3.2 A Imprensa e a formação do corpo de voluntárias da CE

Rio, 10 – Peço-vos adiantar serviço abrindo imediatamente na capital postos de inscrição de voluntariado feminino para Legião e instalar centros de costura para confecções de lençóis e fronhas para hospitais e vestuários para crianças, até 10 anos. Outras instruções seguirão proximamente pelo correio aéreo. (Darcy Vargas. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE.

12/09/1942, p. 4)

As voluntárias foram de fundamental importância para o desenvolvimento das ações da LBA, por esse motivo, era importante mobilizá-las o quanto antes. Em resposta ao pedido de Darcy Vargas, já em 12 de setembro do mesmo ano, a CE de Sergipe declarou aberta as inscrições para o voluntariado feminino.

Poucos dias depois, o professor Acrísio Cruz, representando a Comissão, reuniu os diretores dos Grupos Escolares da capital e os comunicou da necessidade de fundar postos da LBA nesses grupos. Ainda em setembro de 1942 foi noticiada a abertura desses postos, foram 7 postos de inscrição instalados na capital, sendo que nos municípios também existiram postos (só não sabemos precisar quantos). Ainda em setembro, o jornal *Folha da Manhã* exibiu a seguinte nota:

Sergipanas!

Inscreei-vos na “Legião Brasileira de Assistência às famílias” dos nossos soldados.

Todos os postos para a inscrição do voluntariado feminino estão abertos diariamente (FOLHA DA MANHÃ, 19/09/1942, p. 1)

Simple, discreto, direto e sem imagem ilustrativa esse chamado circulou nesse jornal durante os primeiros meses de existência da CE. Na mesma página do jornal, outro chamado atraiu nossa atenção:

Sergipanos!

A campanha pró aquisição do avião “AnibalBenevolo” reclama a sua pronta e ‘expontânea’ adesão. Seja patriota e concorra para esta campanha que visa a defesa nacional (FOLHA DA MANHÃ, 19/09/1942, p. 1)

No estado de beligerância, foi comum pessoas e/ou instituições privadas desenvolverem campanhas paralelas ou em parceria com a LBA. Colaborar com os esforços de guerra tornou-se uma “tendência” entre instituições, associações e pessoal de classe média e alta. Mas, por hora, prestem atenção ao tipo de colaboração requerida nessas mensagens: as sergipanas são direcionadas a colaborar com o trabalho voluntariado, prestando assistência às famílias dos soldados; ao passo que, a colaboração dos sergipanos é de cunho financeiro. Como já adiantamos, naquele contexto, prevalecia a concepção dos papéis sociais, na qual a mulher apresentava vocação natural para cuidar das pessoas necessitadas – eram as mães, irmãs e filhas da nação levando para o espaço público seus atributos do âmbito privado. E o homem, supostamente despossuído de sensibilidade e dotado de razão, tinha o papel de garantir o sustento de família e conduzir os espaços públicos, por isso era de se esperar que sua contribuição para a pátria ocorresse dentro de sua condição de provedor (SIMILI, 2008;

ROCHA-COUTINHO, 1994).

O trabalho feminino não era bem visto no meio social, mas era suportado como forma de complementar a renda familiar, sobretudo no caso de mulheres pertencentes as classes populares, e/ou em trabalhos compatíveis com sua natureza. Nesses moldes, as mulheres oriundas das famílias classes alta e média, não havendo necessidade de complementação de renda, geralmente estavam fadadas ao âmbito doméstico. Uma forma dessas mulheres transitarem nos espaços públicos se deu através da participação em ações de cunho caritativo e filantrópico – essa forma de atuação feminina, que teve início nos meados do século XIX, era percebida como um ato socialmente apreciado e incentivado, sinônimo de benevolência e fé cristã. Dessa maneira, “foi por meio da questão social que as mulheres das classes privilegiadas participaram da esfera pública” (BARBOSA, 2017, p. 34).

Nesse ponto, nota-se que, em sua pesquisa, Barbosa (2017) observou que as voluntárias da LBA do Rio de Janeiro e São Paulo eram originárias das classes média e alta. Em Sergipe, considerando que as legionárias dispunham de tempo para se dedicar as atividades da Legião, desempenhavam funções que requeriam conhecimentos específicos e frequentavam cursos de capacitação, é possível inferir que boa parte das voluntárias sergipanas também eram pertencentes a essas classes.

Os jornais também nos oferecem um indicativo importante quanto a origem dessas voluntárias. No *Diário* observamos que era comum, nos atos de inauguração dos Centros Municipais, registrarem a adesão de voluntárias. Em algumas notícias eram divulgados apenas o número de voluntárias que se inscreviam, em outras, eram divulgados o nome completo de todas – saltando aos nossos olhos sobrenomes de famílias tradicionais e personalidades sergipanas. É visível que essa notoriedade foi usada para promover o nome de famílias poderosas social e/ou economicamente. Houve situações em que apenas os nomes dos maridos foram divulgados, como foi o caso “da madame Sálvio Oliveira” que ofereceu “com a máxima satisfação seus serviços à Legião Brasileira de Assistência” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 22/09/1942, p. 4). Além disso, essas famílias serviam como exemplo para as demais, mostrando que todos cooperavam com o estado no esforço de guerra.

Divulgar a adesão de voluntárias também era uma forma de mostrar que a Legião estava fazendo sucesso e, assim, atrair mais mulheres. Conforme observa Simili (2008, p. 142), “a imprensa também produziu material com o objetivo de mostrar como o ‘chamado da presidente’ era respondido pelas mulheres”. Nesse sentido, destacamos a participação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939, como o órgão responsável pelo controle dos meios de comunicação e divulgação da propaganda do Estado. “Vinculado

diretamente à Presidência da República, o DIP produzia e divulgava o discurso destinado a construir certa imagem do regime, das instituições e do chefe do governo, identificando-os com o país e o povo” (CAPELATO, 1999, 173).

Conforme aponta Capelato (1999), os meios mais utilizados para divulgar a propaganda Vargasista, foram o rádio e a imprensa, sendo que o controle desta última foi a principal preocupação do governo. Vargas percebeu no uso da imprensa uma forma de controlar as massas e assim legitimar sua administração, evitando revoltas e conflitos.

Nesse período, a imprensa – seja pela censura, pressão, violência, adesão ou troca de favores – precisou agir conforme o estabelecido pelo DIP, sem que tivesse qualquer autonomia. Os jornais só podiam funcionar se obtivessem os registros expedidos por esse Departamento, além disso, foram introduzidos em suas redações pessoas do governo com intuito de vigiá-los. De acordo com Barbosa,

Todo o aparato e estratégia aplicados pelo DIP para divulgar a figura de Vargas e do Estado Novo foram utilizados também para divulgar os trabalhos realizados pela Legião Brasileira de Assistência. Da mesma forma, os jornais também serviram para difundir a imagem da Primeira-dama Darcy Vargas, ou seja, se a imprensa foi utilizada como recurso para manter as massas populares controladas e para construir uma imagem positiva do Presidente Vargas como líder político, também enalteceu a imagem de Darcy Vargas pela função estratégica que passou a ter no governo Vargas no período em que o Brasil entrou na Segunda Guerra. Darcy Vargas passou a ser a responsável pela assistência, que pela primeira vez unificava as ações num único órgão e pretendia atingir todo o país (BARBOSA, 2017, p. 71)

Sob a personagem de Darcy Vargas foi estabelecido um modelo a ser seguido pelas primeiras-damas estaduais e municipais, que também foram idealizadas e promovidas pela imprensa local. Segundo Maynard (2014), o DIP se desdobrou em “satélites regionais”, eram os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIPs).

Em Sergipe, havia o Departamento de Propaganda e Divulgação Estadual (DPDE), criado em 1939, que foi substituído pelo DEIP, em 1941. Este último tinha como “atribuições promover, centralizar e coordenar a propaganda estatal, bem como racionalizar e orientar as diversas modalidades de propaganda pela imprensa, pelo rádio e cinema” (MAYNARD, 2014, p. 19). Através das ações do DEIP, o trabalho de Helena Maynard junto a CE foi amplamente usado para, além de atrair voluntárias, popularizar a imagem da primeira-dama e, consequentemente, promover o governo e a imagem do seu marido.

Nos jornais, Helena Maynard geralmente era retratada tendo como referência o marido, num evidente esforço da imprensa para fazer constante no imaginário da população a presença do interventor. Algumas vezes, mesmo representando a Comissão, Helena foi citada

apenas como a “Sra. Augusto Maynard Gomes” ou a “consorte do Sr. Interventor Maynard Gomes”. Podemos facilmente perceber situações semelhantes com Darcy Vargas e outras mulheres envolvidas na LBA. Por exemplo: quando o *Diário* noticiou sobre a inauguração do CM de Riachuelo, expondo sua equipe diretiva, a quarta vogal aparece apenas como a “Senhora José Araújo” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 13/10/1942, p.5).

Em 31 de agosto de 1942, no Palácio Guanabara, Darcy Vargas se reuniu com as esposas dos ministros do governo Vargas e as convocou para “orientarem os diversos setores da Legião”, ficando assim distribuídas:

Os setores de ação – I – Convocados e suas famílias: a) Exército – Senhora Gaspar Dutra; b) Marinha – Senhora Aristides Guilhem; c) Aeronáutica – Senhora Salgado Filho.

II e III – Defesa passiva: Senhoras Oswaldo Aranha, Marcondes Filho e Henrique Dodsworth.

IV – Necessidades das famílias dos pequenos agricultores – Senhora Apolônio Sales; V – Educação do Consumidor e do Produtor, Campanha da borracha, metal e níqueis, etc. – Senhora Souza Costa; VI – Estudantes e crianças necessitados – Senhora Gustavo Capanema; VII – Organização de Cursos para comunicação – Senhoras Mendonça Lima e sra. Landry Salles. VIII – Fiscalização e Policiamento (major Ignácio Rolim; senhora Alcides Etchegoyen; IX – Colaboradores para Seção de Propaganda – Senhora Coelho e Reis; X – Organização de cursos de transporte – Sra. Napoleão Alencastro Guimarães (CORREIO DA MANHÃ, 01/09/1942, p.3).

Nessa notícia, por duas vezes essas senhoras foram citadas com a ausência do primeiro nome, usando como referência unicamente os seus cônjuges. Ivana Simili observa que essas mulheres ocuparam cargos correspondentes aos dos seus maridos no governo, colocando em ação uma estratégia “no sentido de indicar que os homens e as mulheres estavam unidos no enfrentamento da guerra e suas problemáticas e que, enquanto ‘eles’, os maridos, ajudavam Vargas, ‘elas’ cooperavam com a primeira-dama” (SIMILI, 2008, p. 141).

Fato curioso ocorreu quando, pelo Decreto-Lei nº 533 de 7 de dezembro de 1944, o município de Cedro de São João teve seu nome alterado para Darcilena, em uma clara homenagem a Darcy Vargas e Helena Maynard. Esse nome foi conservado por quase dez anos, até que, em virtude da Lei Estadual nº 554 de 6 de fevereiro de 1954, a cidade foi nomeada como Cedro de São João, permanecendo assim até a presente data. Talvez Darcilena tenha sido uma tentativa de promover e perpetuar a imagem das primeiras-damas e, conseqüentemente, dos seus maridos. Não obstante, é importante perceber no gesto do interventor a intenção de sinalizar a harmonia com o governo federal:

À sombra de Getúlio Vargas, em todos os eventos aos quais comparecia, o interventor sergipano lembrava o seu compromisso com o presidente e com o Estado Novo, O rebatismo da cidade de **Cedro de São João**, com o nome de **Darcilena** – neologismo formado pela fusão de Darci [esposa de Vargas]

e Helena [esposa do interventor] – ilustra tal compromisso (MAYNARD, 2014, p. 108 [grifo do autor]).

Seja a nível estadual ou nacional, a participação das esposas e dos governantes na LBA foi largamente aproveitada pela imprensa para promover, direta e indiretamente, os gestores, legitimando as suas ações governamentais. A ligação entre os membros do DEIP e o interventor federal foi visível nos jornais sergipanos, refletindo na CE. Alguns integrantes do Departamento eram também funcionários do governo estadual e, a pedido do interventor, cooperavam com as atividades da Comissão. Isso foi constatado, por exemplo, na ocasião da visita de um representante do jornal *Correio de Aracaju* à sede da CE – quem o recepcionou e o conduziu pelos espaços da instituição, explicando seu funcionamento, foi o jornalista João Bezerra, na época “diretor da Divisão de Imprensa do Deip, ora respondendo pelo expediente desse Departamento, além de exercente, em comissão, das funções de auxiliar de gabinete do Sr. Interventor Federal, inteligente colaborador na obra de d. Helena Nobre Maynard” (CORREIO DE ARACAJU, 20/01/1944, p. 4).

As notícias sobre a CE também eram usadas para passar a ideia de unidade no esforço de guerra e motivar a criação de mais CM. Na propaganda do Estado Novo, a adesão ao movimento da LBA foi constantemente associada a um ato de patriotismo e altruísmo:

A maneira pela qual Sergipe acolheu a campanha, ou já agora, as campanhas da “Legião Brasileira de Assistência aos Soldados” revela ao país que continuamos a ser o mesmo povo animado de bons propósitos, um dos primeiros Estados a compreender a legítima “nova ordem” implantada a partir de novembro de 37, e graças a isso, ‘rejuvenecendo’ continuamente os nossos sentimentos patrióticos, que já não tem à interrompê-los ou ‘cerceá-los’ o terra-a-terra da política profissional e as imposições arbitrárias do individualismo chefista (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 24/09/1942, p.5).

O estado de beligerância foi largamente usado pela imprensa para fortalecer o projeto nacionalizador do Estado Novo. Conforme observado, Sergipe foi um dos primeiros Estados a assumir esse projeto ou “nova ordem”. Sendo exaltado o sentimento patriótico do povo sergipano em detrimento dos “individualismos chefistas”. Lembremos que as tensões entre o Estado e as forças regionais marcaram o Estado Novo.

É importante observar no discurso, a perspectiva de forjar a imagem do povo sergipano como “animado de bons propósitos” que, apesar das dificuldades, soube “conservar uma posição bastante satisfatória, de gente civilizada, hospitaleira e sociável, além de laboriosa e produtiva” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 24/09/1942, p.5). Ora, uma “nova ordem” necessita de um “novo homem”, és aqui outra característica do Estado do Novo: Construir um novo homem a partir de um modelo estabelecido por Vargas e

os intelectuais da época (CAVALCANTI, 1999).

Nesse sentido, voluntárias e primeiras-damas foram usadas também para estabelecer um modelo de comportamento ideal, tanto para as demais mulheres, reforçando o seu papel “natural” de cuidadora e protetora da casa, como para os brasileiros em geral, mostrando que todos deveriam trabalhar pela nação. Além disso, é importante observar que através da LBA e das voluntárias, o Estado se inseriu no âmbito privado das famílias assistidas, interferindo nas suas relações e comportamentos, procurando encaixá-las no que ele jugou ser próprio de uma família ideal.

3.3 A mulher e a guerra: as atividades das voluntárias sergipanas

Em 28 de setembro de 1942, a professora Maria das Graças Azevedo Melo, presidente do CM de Neópolis, publicou no jornal *Folha da Manhã* uma crônica intitulada *A mulher e a guerra*, na qual chamou as sergipanas para cooperarem com o país: “Agora quem em nossas águas já correu o sangue dos nossos, e os nossos irmãos tombaram traiçoeiramente como vítimas indefesas dos cães nazistas, cumpre a mulher brasileira está vigilante, cooperar com o homem na defesa da sua Pátria” (p. 2).

É evidente que Maria das Graças faz referência aos torpedeamentos em território nacional que foram o estopim para a entrada do Brasil na Segunda Guerra. O fato de Sergipe ter vivenciado essa agressão, foi usado para sensibilizar a população e atraí-la para o esforço de guerra. Textos de apelo patriótico como o acima citado se fizeram constantes nos jornais, mas o que queremos focar nesse momento não é a propaganda, mas as ações das voluntárias da LBA em benefício do país em beligerância.

A partir dos jornais pesquisados, não foi possível afirmar que as voluntárias da Comissão Estadual de Sergipe atuavam na Defesa Passiva Antiaérea – os jornais relatavam sobre os treinos na capital e a existência de uma “Diretoria Regional do Serviço de defesa Passiva Antiaérea ” (CORREIO DE ARACAJU, 19/03/1943, p.4), mas em nenhum momento a Comissão e suas voluntárias apareceram – dificilmente o DEIP deixaria de divulgar as ações da CE, se as voluntárias participaram, talvez isso tenha acontecido em moldes diferentes do ocorrido no Rio de Janeiro e São Paulo.

Também foi através dos noticiários que podemos perceber que o chamado das voluntárias sergipanas foi direcionado principalmente para as atividades de costura, fossem em salas próprias, organizadas pela CE, ou nas residências das voluntárias. A costura era socialmente compreendida como algo dentro das “habilidades naturais” da mulher, não sendo

percebida como forma de ampliação de renda, mas uma forma de cuidar da família, no caso das legionárias, a família a ser cuidada era a nação, por isso, foram estimuladas a confeccionar roupas para os usuários da LBA, especialmente as crianças, além de fronhas e lençóis para suprir as necessidades da FEB.

Como vimos, desde o início da CE de Sergipe, Darcy Vargas atentou para a criação de salas de costura. A relação da primeira-dama da República com os serviços de costuras não era recente, isso é visível ainda nos tempos da Legião de Caridade (1930). Além disso, conforme as pesquisas de Simili (2008), Darcy tinha o costume de costurar na Casa do Pequeno Jornaleiro (1940) todas as quintas-feiras.

Segundo o *Correio*, na sede da CE, funcionava a Divisão de Costura, na qual diariamente trabalhavam 11 costureiras, além disso também haviam famílias que produziam as peças de roupas em suas casas, para tanto, recebiam as fazendas da CE, que determinava a quantidade de peças e o prazo para serem entregues. Ainda segundo esse jornal, à época da publicação do artigo, as voluntárias haviam confeccionado 365 peças para distribuição entre as famílias assistidas, mais “3.500 lençóis e 3.500 fronhas, além de numerosos aventais e toucas para médicos e enfermeiras” para serem distribuídos no embarque das topas (CORREIO DE ARACAJU, 20/01/1944, p. 3).

Embora as atividades de costuras da LBA tenham sido muito populares na imprensa nacional e local, principalmente por contas das campanhas, não podemos resumir as legionárias da CE a 11 costureiras e um número não específico de mulheres que costuravam em suas residências. Existiu uma ocupação pouco explorada pelos jornais, mas que segundo Barbosa (2017), envolveu a maioria das voluntárias, trata-se das visitadoras sociais. Quando uma família era inscrita na Legião, competia a essas visitadoras, coletar os dados que seriam confrontados com as informações fornecidas pelo chefe da família – segundo consta no *Correio*, eramos convocados que procuravam a CE e realizavam a sua matrícula e a dos seus dependentes. Após visita domiciliar, coincidindo os dados coletados “com os constantes da ficha de inscrição, a família do soldado recebe uma notificação, autorizando-a a vir daquele dia em diante receber os alimentos de que necessita e que a diminuição ou perda da remuneração do seu chefe impede de adquirir” (CORREIO DE ARACAJU, 20/01/1944, p. 4)

Além das famílias dos soldados também eram assistidas outras famílias em situação de pobreza. Os dependentes das vítimas dos navios torpedeados em agosto de 1942 também eram assistidos, conforme podemos identificar na seguinte notícia: “Matriculou-se na secretaria da LBA, secção do Comitê de Auxílio às Famílias vítimas dos atentados do Eixo, a sra. Maria Alves dos Santos, progenitora de Olavo Pereira da Cruz, carvoeiro do

‘Aníbal Benévolo’” (CORREIO DE ARACAJU. 04/03/1943, p.4). E ainda: “Esteve na sede da LBA a sra. Josefa Clara de Jesus, mãe de Ascendino Santos, tripulante do ‘Benévolo’, tratando dos documentos que servirão para dar-lhe direito ao óbolo da Legião” (CORREIO DE ARACAJU, 20/03/1943, p.4).

Muitas intencionalidades permeavam sobre a necessidade de atenção às famílias dos soldados. A mais difundida era garantir que os expedicionários fossem para o *front* com o “espírito em paz”, sabendo que seus dependentes estavam sendo assistidos – esse discurso também serviu para que mais homens aderissem a FEB. Entretanto, não podemos perder de vista que, paralelo a guerra, o país vivia sob a gestão autoritária de Getúlio Vargas. Segundo Barbosa, “crendo na possibilidade de reformar o caráter humano, os profissionais aliados a o projeto modernizador do Estado Novo viam nas famílias a possibilidade de projetar um novo cidadão” (2017, p. 102). Daí a necessidade de o Estado intervir no íntimo das famílias brasileiras e, nesse ponto, com o pretexto da guerra, a LBA viabilizou essa intervenção, sobretudo porque foi a primeira instituição de assistência social a funcionar em todo território nacional.

Nesse período, a pobreza ainda era percebida como uma “disfunção pessoal”, responsabilidade do indivíduo, e não como um reflexo da questão social. Com o aumento da industrialização e, conseqüentemente, o crescimento do proletariado urbano, o Estado foi, aos poucos, percebendo a necessidade de intervir. A pobreza deixa de ser “caso de polícia” e passa a ser alvo de políticas governamentais (SPOSATI et al., 1998). Assim, “entende-se que o interesse do Estado Novo pelas famílias fazia parte do projeto de controle social sobre as massas urbanas trabalhadoras em ascensão e as famílias de classe média” (BARBOSA, 2017, p. 101)

Na perspectiva desses idealizadores da nação, na família nuclear competia ao homem prover o sustento dos membros da casa. Quando uma família não apresentava esse padrão, era classificada como “família desajustada” (BARBOSA, 2017) – era o caso, por exemplo, de famílias cujo elemento masculino estava desempregado ou ausente, ou quando quem garantia o sustento era a mulher. O Estado percebeu a necessidade de intervir nessas famílias de forma a ajustá-las ao formato “ideal”.

Desse modo, ao se inserirem no espaço domiciliar das famílias assistidas, as visitadoras da LBA funcionavam como agentes de controle do governo, direcionando os serviços da Legião para intervir nesses espaços, garantindo a continuidade das famílias nucleares e buscando meios para normatizar as famílias desajustadas. No centro das ações da LBA estava as crianças, “futuro da nação”, e as mulheres, que tinham a função social de zelar

e cuidar desse futuro – o sucesso ou o fracasso dos filhos (e da família) era de responsabilidade delas. Assim, era preciso munir essas mulheres, principalmente as de famílias “desajustadas”, de conhecimento necessários para que pudessem agir sob suas famílias e reajustá-las. Para esse fim, os CM deveriam ofertar para essas mães “cursos de orientação familiar”, que “deveriam contemplar ensinamentos da puericultura, higiene pré-natal, economia doméstica, alimentação saudável, orientação educacional, corte e costura, alfabetização e higiene” (BARBOSA, 2017, p. 109).

Logo, como cuidadoras por instinto, as mulheres eram percebidas como peças-chaves para a formação e manutenção da família. Isso explica porque durante a Segunda Guerra, diferentes do que ocorreu em outros países, as brasileiras não foram encorajadas a substituir os espaços deixados pelos homens. Para garantir a continuidade das famílias nucleares, as mulheres precisavam se dedicarem ao espaço privado, dessa forma, o trabalho feminino não era bem visto, a mulher deveria reinar absoluta em sua casa, protegendo e cuidando dos futuros trabalhadores. Havia maior aceitabilidades da mão-de-obra feminina no caso de mulheres oriundas de famílias das classes populares, em trabalhos específicos para sua natureza e “na medida em que era necessário aos interesses da industrialização crescente no Brasil. Assim, a mão-de-obra feminina se colocava como um exército industrial de reserva, acionado sempre que necessário aos interesses do Estado” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 95).

Desse modo, o Estado aproveitou a atuação das mulheres de famílias abastadas no campo da caridade e da filantropia e, através da LBA, direcionou-as para o trabalho voluntário na assistência social. Foi assim que, naquele “momento difícil para a nação”, as voluntárias da Legião atuaram como cuidadoras do povo (e vigilantes do Estado). “O Estado Novo visava à formação de uma população sadia, com forte crescimento populacional, favorecendo a proteção e ocupação do território e, desse modo, dispor de mão de obra abundante e hígida” (BARBOSA, 2017, p. 111)

Para exercerem a função de visitadoras sociais, as voluntárias precisavam fazer curso de capacitação, nesse ponto, destacamos a contribuição da LBA para a formação e profissionalização das assistentes sociais. Conforme aponta Barbosa, “a profissionalização das voluntárias da LBA como visitadoras sociais permitia o desdobramento da mulher-mãe em assistente social, uma profissão que se formava à época junto às atividades filantrópicas lideradas e exercidas por mulheres das classes médias e altas” (2017, p. 163).

Ainda segundo Barbosa (2017), os cursos de formação para visitadoras sociais duravam um mês. Como requisito as voluntárias precisavam ser brasileiras, ter entre 18 e 40

anos de idade, demonstrar interesse para frequentar os cursos, colaborar com as obras assistenciais existentes na localidade e ter “algum preparo” – Considerando que nesses cursos, as legionárias precisavam estudar as disciplinas serviço social, sociologia, higiene e puericultura, podemos inferir que essas mulheres já possuíam uma formação educacional razoável antes de aderirem a LBA.

Nesses cursos, “as voluntárias aprendiam as formas de enfrentamento dos problemas sociais gerados pelo conflito mundial, sobretudo aqueles que diziam respeito às famílias dos soldados” (BARBOSA, 2017, p. 163). Esse conhecimento era imprescindível para que, entre outras coisas, as visitadoras sociais fossem capazes de perceber as necessidades das famílias assistidas e preencher os relatórios de visita corretamente, fornecendo dados importantes sobre essas famílias, possibilitando direcioná-las para os serviços da LBA mais apropriados para cada situação. As visitas domiciliares podiam ocorrer quinzenal ou mensalmente, a depender das necessidades que as famílias apresentassem (BARBOSA, 2017).

Em Sergipe, não foi possível perceber, a partir dos jornais pesquisados, se houve um curso específico para a formação de visitadoras sociais nos moldes dos que haviam no Rio de Janeiro e São Paulo. O que sabemos é que a CE ofertava o “Curso de Alimentação da Legião Brasileira de Assistência”, tendo como professores a enfermeira Maria Luiza de Carvalho e os drs. Walter Cardoso e Carlos Souto. No ano de 1943 esse curso formou 14 monitoras (CORREIO DE SERGIPE, 20/01/1944, p. 3) e, no ano seguinte, uma segunda turma também foi formada – só não informaram o quantitativo de monitoras (CORREIO DE ARACAJU, 09/11/1944, p.4).

O curso de Alimentação foi “instituído com o patriótico proposito de educar as nossas pracinhas no sentido do máximo aproveitamento das qualidades nutritivas dos alimentos, preparando-os com arte, dentro nos modernos preceitos da ciência da alimentação” (SERGIPE JORNAL, 21/07/1944, p.4). Não sabemos ao certo como essas Monitoras da Alimentação trabalhavam, no entanto, tendo em vista que cada estado possui suas próprias especificidades, não devemos descartar a hipótese de que essas monitoras podiam realizarem visitas domiciliares.

Na CE, nem todos os trabalhadores e trabalhadoras eram voluntários, alguns técnicos eram cedidos, cabendo ao órgão de origem pagar o seu salário. Conforme podemos perceber na seguinte notícia: “Por decreto de 18 do corrente foi posta à disposição da Legião Brasileira de Assistência a assistente social Julieta Dias dos Santos” (CORREIO DE ARACAJU, 21/07/1944, p. 4). Talvez essa profissional tenha trabalhado como visitadora social ou na organização de um departamento ou então como professora nos cursos... infelizmente, a

pesquisa a partir de jornais deixa muitos silêncios e perguntas soltas.

No próximo capítulo iremos focar as campanhas, ações e serviços desenvolvidos pela CE em Sergipe durante a Segunda Guerra Mundial, procurando perceber as colaborações e parcerias que esta instituição captou para o movimento, e como a Comissão sentiu os reflexos do processo de decadência do Estado Novo. Buscando ainda discorrer sobre a relação entre o primeiro-damismo, o Estado Novo e a assistência social.

4 A COMISSÃO ESTADUAL DA LBA E O ESFORÇO DE GUERRA EM SERGIPE

Neste capítulo discorreremos sobre as campanhas, ações e serviços desenvolvidos pela Comissão Estadual da LBA de Sergipe durante a Segunda Guerra Mundial, procurando perceber as colaborações e parcerias que esta instituição captou para o movimento e como o processo de desestruturação do Estado Novo refletiu sobre sua imagem. Buscamos ainda discorrer sobre a relação entre o primeiro-damismo, o Estado Novo e a assistência social.

4.1 Campanhas e ações da CE de Sergipe desenvolvidas durante a guerra

Ao que tudo indica, a primeira campanha desenvolvida pela Comissão Estadual da LBA de Sergipe, envolvendo todos os municípios do estado, foi a “Campanha 10 de novembro”, divulgada em 03 de outubro de 1942. Em nota publicada, a CE apelou “para o espírito de solidariedade e patriotismo da mulher sergipana” no intuito obter sua colaboração para essa campanha, que tinha como finalidade a aquisição de lençóis, fronhas e roupa de criança até 10 anos de idade. Segundo instruções da Comissão, cada família deveria oferecer, já confeccionado e com a marca da LBA, uma unidade de cada peça solicitada. (FOLHA DA MANHÃ, 03/10/1942, p.4)

Os lençóis e fronhas deveriam ser de “algodãozinho ou braman” e ter, respectivamente, as dimensões 2,20 m x 1,50 m e 0,60 m x 0,60 m, buscando assim garantir que essas peças mantivessem uniformidade. Cada pessoa que contribuísse com a campanha teria seu nome recolhido para ser incluso num livro especial da LBA. Após apresentar as instruções gerais, a diretoria da CE concluiu a nota com a seguinte mensagem:

A Comissão Estadual, confiada nas qualidades cívicas do nosso povo, espera não ser necessário nenhum entendimento verbal ou por escrito, para a contribuição espontânea que deve caber a todos, em favor desta grande campanha de finalidade assistencial em benefício das famílias dos nossos irmãos convocados para a defesa da Pátria (FOLHA DA MANHÃ, 03/01/1942, p.4)

A nota foi escrita no sentido de mostrar que esse apelo deveria ser respondido de forma “espontânea”, mas fica implícito na mensagem a obrigatoriedade dessa atuação como um gesto de “solidariedade e patriotismo”, um exemplo de “qualidade cívica”, em outras palavras, cooperar com país era um dever patriótico que todos deveriam cumprir.

Segundo o *Diário Oficial do Estado de Sergipe*, nos atos de inauguração dos Centros Municipais era comum a divulgação dessa campanha. O professor Acrísio Cruz (encarregado

pelo interventor federal do estado para auxiliar a CE), quando participava desses atos, além de apontar os objetivos da LBA e explicar sobre como o Centro deveria desenvolver seu plano de ação, também divulgava e dava instruções sobre a “Campanha 10 de novembro”. Conforme podemos observar a seguir:

Ao terminar, o Prof. Acrísio Cruz tratou da Campanha pró aquisição de lençóis, fronhas e roupetas e obteve o compromisso de grande número de senhoras, senhoritas e cavalheiros presentes, que, por sua vez, se comprometeram a fazer a propaganda da campanha entre as famílias residentes no município (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 13/10/1942, p. 5)

Essa campanha também contou com a colaboração do magistério público. Para tanto, o Diretor Geral do Departamento de Educação do Estado de Sergipe, José Rollemberg Leite, através da Portaria nº 204, de 05 de outubro de 1942, determinou que os horários de trabalhos manuais da Escola Normal “Rui Barbosa” e das secções femininas dos estabelecimentos de ensino primário fossem aproveitados para a confecção de lençóis, fronhas e roupas para crianças em conformidade com as orientações da LBA. Também foi estabelecido que cada unidade escolar teria uma cota mínima de peças confeccionadas, determinada pela Inspetoria Geral do Ensino, que foi encarregada de expedir as instruções necessárias. (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 12/10/1942)

Assim, exemplificando a parceria do Estado com a LBA, o Governo Estadual usou do seu poder para direcionar as alunas desses estabelecimentos de ensino ao trabalho voluntário em favor da Legião. Não obstante, como já observamos, havia uma pressão propagandística: todas as pessoas, principalmente as mulheres, tinham o dever patriótico de colaborar com o movimento no esforço de guerra.

Coube aos CM divulgar a campanha e receber as peças doadas pela população do interior. Na capital, as peças deveriam ser entregues nos postos da LBA, conforme publicado no D.O:

Posto N. 1 – Palácio do Governo.
Posto N. 2 – Ordem 3ª de S. Francisco
Posto N. 3 – Grupo Escolar “José Augusto Ferraz”
Posto N. 4 – Grupo Escolar “General Valadão”
Posto N. 5 – Grupo Escolar “General Siqueira”
Posto N. 6 – Grupo Escolar “Barão de Maroin”
Posto N. 7 – Grupo Escolar “Dr. Manuel Luiz” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 12/10/1942, p. 7)

Como o próprio nome da campanha já adiantou, a data limite para a entrega das peças costuradas era 10 de novembro de 1942. No entanto, conforme foi noticiado pela *Folha da Manhã*, a campanha precisou ser adiada na capital, “afim de que a digníssima presidente

da Comissão Estadual, D. Helena Nobre Maynard”, assistisse “pessoalmente ao grande movimento de ofertas” (FOLHA DA MANHÃ, 04/11/1942, p.4). A nova data seria 15 de novembro, mas acabou sofrendo outra alteração:

Enfim, amanhã, dar-se-á em nossa risonha capital um espetáculo inédito. A entrega de lençóis, fronhas e roupetas, ofertas da família sergipana à Legião Brasileira de Assistência (...) Aguardemos pois o dia de amanhã para bater palma aos anjos da caridade sergipana que, mais uma vez vão manifestar aos nossos olhos a sua proverbial generosidade. (FOLHA DA MANHÃ, 18/11/1942, p.4)

Infelizmente não conseguimos obter informações sobre como foi o evento no dia 19, nem do quantitativo de peças que foram arrecadadas. Porém, em 20 de janeiro de 1944, o *Correio de Aracaju* noticiou que a Divisão de Costura da CE possuía em estoque 3.500 lençóis e 3.500 fronhas à espera do embarque das topas – possivelmente uma fração desses lençóis tenha sido resultante da Campanha 10 de Novembro. É interessante que, embora as atividades de costuras tenham sido uma das primeiras solicitações de Darcy Vargas para todas as CE, essa campanha, com essa nomenclatura/prazo, parece ter ocorrido apenas em Sergipe.

Uma campanha que ocorreu a nível nacional, foi a campanha do “Livros para o Combatente”. Conforme Simili (2008), esta campanha tinha como finalidade a adquirir, junto à população, livros, revistas e publicações, para que fossem criadas “bibliotecas ambulantes” para os soldados. Essas bibliotecas foram pensadas no formato da “*bibliothèque du soldat* do Estado Maior do Exército suíço, durante a ocupação da fronteira entre 1914 e 1919” (SIMILI, 2008, p. 171). Na versão da LBA, as bibliotecas ambulantes eram desenvolvidas em caixas-estantes com capacidade para cerca de 50 livros, a maior parte desses eram romances, mas também haviam outros gêneros como história, geografia, biografias, viagens e ciências.

Em Sergipe, para coordenar essa campanha a CE criou a “Comissão Executiva Pró-Livro para o Combatente”, presidida pelo intelectual Epifânio Dória. Segundo o *Correio*, a época da notícia, vários livros já haviam sido doados para essa Comissão, mas foi registrado o desejo de que as doações se multiplicassem, uma vez que, conforme o discurso, “o soldado precisa de livros. Nos intervalos da luta, nos tempos de repouso dos duros combates, o livro é o amigo que distrai, cultiva e, sobretudo, na sua língua, nas suas sugestões, acentua a lembrança da Pátria, o espírito do povo por cuja sobrevivência o soldado foi combater” (CORREIO DE ARACAJU. 20/01/1944, p. 3)

O comerciante Shakespeare Andrade doou para essa campanha 15 obras em 15 volumes, entre estas estavam dois “magníficos livros do grande industrial norte-americano Henrique Ford, MINHA VIDA E MINHA OBRA e HOJE E AMANHÃ, onde se encontram

grandes ensinamentos para a vida pratica” (CORREIO DE ARACAJU, 21/03/1944, p.4). A influência norte-americana no campo político e cultural do Brasil durante o Estado Novo é objeto de muitas pesquisas, mas, no momento, vamos nos deter ao gesto do senhor Andrade: ao ter seu nome e ação divulgados, o comerciante tornou-se um exemplo a ser seguido pelos demais cidadãos. Percebe-se assim, que uma das intencionalidades da notícia foi chamar as demais pessoas para colaborar com a campanha; a outra, pode ter sido a promoção do comerciante, da sua família e da sua categoria.

Junto à notícia da colaboração de Shakespeare Andrade, o *Correio* informou que a CE já havia enviado a primeira estante de livros às forças armadas e não tardaria o envio da segunda. De acordo com as pesquisas de Simili (2008), os livros chegavam aos soldados através da visita da biblioteca ambulante, que ficava em cada tropa por aproximadamente um mês.

Depois, seguia um itinerário preestabelecido: percorria dois ou mais corpos vizinhos, os livros eram posteriormente devolvido à sede para a recomposição da biblioteca. Cada vez que a biblioteca se deslocava, os livros eram vistoriados. Com a biblioteca, era anexado um questionário que os soldados deveriam responder sobre a leitura. Com o conhecimento dos gêneros apreciados pelos soldados, era possível adaptar o acervo da biblioteca aos gostos dos soldados. (SIMILI, 2008, p. 171)

Ainda segundo Simili (2008), embora não haja informações quanto ao número de mulheres envolvidas no “projeto da biblioteca”, existe a possibilidade de que as legionárias tenham sido bibliotecárias na e da Legião, visto que, para o desenvolvimento desse projeto foram necessárias atividades como catalogação e controle de livros.

Em 2 de julho de 1944, a primeira expedição da FEB foi enviada para o *front*, com 5.075 soldados – Ao todo foram 25.300 soldados brasileiros enviados a Itália, desse total, aproximadamente 300 eram sergipanos (OLIVEIRA, 2016). A partir daí, conforme Simili (2008), as estratégias assistências em relação aos soldados sofreram algumas mudanças. Para incentivar os soldados a escreverem para suas famílias, ganha força a “Campanha das Madrinhas dos Combatentes Brasileiros”, lançada em agosto de 1944, no Rio de Janeiro, criada por Darcy Vargas, como uma iniciativa que pretendia levar aos soldados “um pouco de conforto em meio às naturais apreensões, angústias e saudades da pátria que ficou distante” (CORREIO DE ARACAJU, 26/08/1944, p.2).

Essa campanha objetivava estimular as mulheres a “amadrinhar” os expedicionários, de modo a estarem em constante correspondência com eles, atendendo-os no que fosse possível. Nessa campanha, o uso de cartas foi pensado “como meio de abrandar a saudade e a tristeza dos soldados, causada pela distância e quando estavam enfrentando um front de

guerra” (BOLETIM DA LBA, jan. 1945, p.3 apud SIMILI, 2008, p. 176). Segundo Barbosa (2017), entre os pedidos feitos às madrinhas, através das cartas, cigarros eram os que mais se sobressaíam. Em Sergipe, não foi possível conhecer como foi desenvolvida a Campanha das Madrinhas dos Combatentes Brasileiros (se foi desenvolvida) – nos jornais, as notícias aparecem apenas a nível nacional (ou mais precisamente Rio de Janeiro).

A LBA também desenvolveu “Campanhas de Presentes de Natal” (MOURA E SILVA; DUARTE, 1977). A partir do *Correio* foi possível perceber a movimentação da CE de Sergipe no sentido de promover um natal para as famílias assistidas: No natal de 1943, “D. Helena distribuiu 1 ração alimentar dobrada para as 1.500 famílias dos soldados; 1 pasta, 1 escova e 1 sabonete a 1.500 soldados; 350 roupetas, 350 brinquedos e 350 saquinhos de bombons a filhos de soldados e 143 roupetas a outras crianças pobres” e “a 41 filhas de pescadores da Atalaia Nova” (CORREIO DE ARACAJU, 20/01/1944, p. 3); Em 1944, a CE organizou o “Natal do Combatente”, para auxiliar e confortar as famílias dos soldados (SERGIPE JORNAL, 21/12/1944, p. 4).

4.2 A Comissão Estadual e os benfeitores sergipanos no esforço de guerra

Dia a dia os sergipanos integrados nos sadios princípios de brasilidade e compreendendo a patriótica finalidade do importante movimento que se inaugurou, entre nós, sob a presidência da exma. sra. d. Helena Nobre Maynard, vêm hipotecando sua irrestrita solidariedade ao mesmo. (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 23/09/1942, p. 3)

A Comissão Estadual de Sergipe também mobilizou o empresariado local e desenvolveu eventos com o intuito de arrecadar doações para a LBA. Foram recebidas doações em dinheiro, em serviços e ainda em tecidos e materiais de costura para os postos. Geralmente as pessoas e instituições que contribuíam para o movimento tinham seus nomes registrados em “livros especiais” e divulgados nos jornais – eram os benfeitores da pátria que serviriam de modelos para os demais.

Como já foi exposto, uma das primeiras solicitações de Darcy Vargas as CE foi a instalação de postos de “centros de costura para confecções de lençóis e fronhas para hospitais e vestuários para crianças, até 10 anos” (Darcy Vargas. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE. 12/09/1942, p. 4) – possivelmente desse pedido nasceu a Campanha 10 de Novembro. Além de mobilizar as voluntárias e organizar os centros de costura, a CE, na pessoa de Helena Maynard, também fez um apelo às famílias sergipanas e aos industriais no sentido de contribuir com produtos têxteis. Esse apelo parece ter sido bem atendido pelos

sergipanos e sergipanas.

Em 17 de setembro de 1942, o *Diário* informou que Melícia Gomes de Lacerda, diretora da Escola de Corte e Costura “Santa Teresinha”, disponibilizou os serviços da instituição para a CE. Dias depois, o diretor do Instituto Profissional “Coelho e Campos”, Monsenhor Carlos Costa, colocou à disposição da Comissão “seus amplos salões para fundação [de] centro de costuras e confecção de roupas”. (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 21/09/1942, p. 4)

As fábricas de tecidos do estado também atenderam ao pedido da presidente da CE. No dia 23 de setembro de 1942, a Comissão divulgou telegramas nos quais as seguintes fábricas confirmavam sua contribuição para a Legião: Ribeiro Chaves Cia (Aracaju), Companhia Industrial S. Gonçalo SA (São Cristóvão), Vanderley Antunes & Cia (Neópolis), Pedro Amado & Cia (São Cristóvão), Britos & Cia (Propriá), Peixoto Gonçalves & Cia (Neópolis). (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 23/09/1942, p. 3)

Também foi registrada a contribuição das professoras do Educandário da Imaculada Conceição, que “num gesto dignificante, digno de aplausos, entregaram a Presidente da ‘Legião Brasileira de Assistência’ toda a quantia que deveriam ter gasto com as festividades de formatura, para o custeio da guerra”. (FOLHA DA MANHÃ, 03/12/1942, p. 3)

Instituições e sociedades civis também desenvolveram campanhas em benefício da Legião. No Dia do Jornalista, em sessão comemorativa, a Associação Sergipana de Imprensa (ASI) propôs o lançamento de uma campanha visando angariar contribuições dos consórcios e da população em geral em benefício da LBA. (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 14/09/1942, p. 3)

A CE também contou com a colaboração do operariado sergipano, em seus diversos órgãos de classe. O Sindicato dos Estivadores em Aracaju promoveu a “Campanha de Ajuda ao Soldado Combatente Brasileiro”, para esta foi constituída uma comissão responsável, formada pelos seguintes membros: Manuel Francisco de Oliveira, Jucundino Rodrigues de Menezes e Manuel Sales de Santana. O presidente do sindicato, Manuel Marinho, endereçou ao Interventor Augusto Maynard Gomes um comunicado a fim de buscar orientação sobre para onde deveria enviar os donativos arrecadados pela campanha. Em resposta, o interventor informou que os donativos poderiam ser depositados na CE, “depósito esse que, escriturado em conta especial”, teria “a conveniente aplicação, quando recebidas as instruções da entidade central a que está subordinada”. E completou asseverando que a atitude deste sindicato merecia “ser seguida pelas demais instituições classistas de nossa terra” (CORREIO DE ARACAJU, 24/07/1944, p. 4).

Outros sindicatos sergipanos também organizaram comissões com a finalidade de ajudar a FEB. Em 29 de setembro de 1944, o *Correio* noticiou que essas comissões (incluindo a do Sindicato dos Estivadores de Aracaju) se uniram e instituíram a “Comissão de Ajuda às Forças Expedicionárias”. Essa comissão “constituiu-se assim em órgão centralizador das atividades que, para o mesmo fim, se desenvolveram nas várias entidades sindicais de empregados” (CORREIO DE ARACAJU, 29/09/1944, p. 4). Um membro de cada sindicato foi direcionado a compor essa comissão:

Manuel Francisco de Oliveira – Pelo Sindicato de Estivadores de Aracaju.

João Pereira Gravata – Pelo Sind. Dos Trabs. Na Indústria de Fiação e Tecelagem de Aracaju.

Artur Barbosa – Pelo Sindicato de Oficiais Gráficos de Aracaju.

Francisco Nery de Santana – Pelo Sindicato dos Contramestres, Marinheiros, Moços e Remadores em Transporte Marítimos – Delegacia de Aracaju.

Idalicio Costa – Pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Aracaju.

Benedito Malaquias da Hora – Pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Aracaju.

José Corrêa Filho – Pelo Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador de Aracaju.

Joaquim Souza Santos – Pelo Sindicato do Comércio Varejista de Carnes Frescas de Aracaju. (CORREIO DE ARACAJU, 29/09/1944, p. 4)

Essa comissão enviou a CE a importância de 2. 894,00 cruzeiros. Não obstante, essa não foi a única comissão organizada com o fim de ajudar a FEB em Sergipe. Em 16 de novembro de 1944, em uma reunião na Escola Normal Rui Barbosa, foi constituída a “Comissão Central de Ajuda ao Corpo Expedicionário” ou “Comissão Central de Ajuda em Sergipe à Força Expedicionária Brasileira”, sob iniciativa do político, empresário e engenheiro civil, Orlando Dantas. Essa comissão tinha a finalidade de dirigir as atividades para a obtenção de donativos para a “Campanha das Meias e Gorros de Lã, Sweeters e Cigarros” que seriam direcionados às tropas brasileiras que estavam em combate na Europa. A diretoria dessa comissão central de ajuda apresentava a seguinte composição:

José de Alencar Cardoso [o professor ficou como presidente]

Armando Leite Rolemborg [secretário]

Arivaldo Prata [tesoureiro]

Orlando Dantas

José Vieira Vasconcelos

Elífio Rocha

Walter Vigio

Joaquim Sabino Ribeiro

Artur Barbosa

Nilson Guimarães

Joaquim Vieira Sobral

Osman Hora Fontes (CORREIO DE ARACAJU, 21/11/1944, p.4)

A Comissão Central de Ajuda em Sergipe à FEB tinha como patronos:

Augusto Maynard Gomes, **D. Helena N. Maynard**, presidente da Legião Brasileira de Assistência, D. José, Bispo de Aracajú, Desembargador Loureiro Tavares, Presidente do tribunal de Apelação, sr. Carlos Silveira, Presidente da Associação Comercial, Major Teodureto Nascimento, Comandante do 28 BC. (CORREIO DE ARACAJU, 28/11/1944, p.1 [grifo nosso])

Para colaborar com a “Campanha das Meias e Gorros e lã, Sweteres e Cigarros”, o professor Joaquim Sobral, membro da Comissão Central de Ajuda, organizou na tarde do sábado, dia 25 de novembro de 1944, uma passeata com os estudantes do Colégio Estadual de Sergipe para angariar donativos entre os comerciantes da capital, nesta tarde foram arrecadados a quantia de 1.736,60 cruzeiros. (SERGIPE JORNAL, 27/11/1944, p.4)



Figura 5 – Estudantes do Colégio Estadual de Sergipe. Fonte: SERGIPE JORNAL, 28/11/1944.p.4.

Além da contribuição dos alunos do Colégio Estadual de Sergipe, também foram registradas inúmeras contribuições: as “senhoras e senhoritas de todas as classes sociais de Sergipe” ofereceram “seus serviços, acorrendo aos postos distribuidores de lã”; as professoras do “Curso de Aperfeiçoamento”, imitando “o gesto das suas colegas, estaduais e municipais” do Curso de Férias, tomaram “a seu cargo várias confecções de lã”; as Industrias Gráficas Honorato ofereceram gratuitamente “1.500 boletins de propaganda”; os “membros da Comissão de Ajuda ao Soldado Combatente, estudada pelo Sindicato dos Estivadores de Aracaju, apoiada pelo Sr. Interventor Federal deste Estado e com a colaboração de mais 7 (sete) Sindicatos”, também manifestaram sua disposição em “colaborar junto a essa Comissão” (CORREIO DE ARACAJU, 07/12/1944, p.4)

A indústria açucareira também colaborou com a “Campanha das Meias e Gorros e lã, Sweteres e Cigarros” – além da contribuição de dois mil cruzeiros da Cooperativa dos Usineiros de Sergipe, o sindicato da Classe e o seu presidente, Walter Franco, também doaram mil cruzeiros cada um. (CORREIO DE ARACAJU, 09/12/1944, p. 6). O Sindicato da Indústria de Panificação e confeitaria no Estado de Sergipe contribuiu com 500 cruzeiros (SERGIPE JORNAL, 13/12/1944, p. 4). Também houve a contribuição de 500 cruzeiros do “Stalingrado Foot Baal Club”, sob a direção de José Antonio Chagas, José Vicente Silva, Manoel Messias Marcos e Luiz Correia Lima – esse dinheiro foi arrecadado numa “matiné dançante” promovida pelo Club, em 24 de dezembro de 1944, em benefício da FEB. (CORREIO DE ARACAJU, 21/12/1944, p. 5; 30/12/1944, p.6)

De acordo com o *Sergipe Jornal*, em função da Comissão Central de Ajuda a FEB, haviam vários núcleos de tricô para a confecção de agasalhos. Esses núcleos estavam sob a direção das seguintes senhoras e senhoritas: “Dona Ester Vasconcelos; Senhora José Garcez Vieira; Senhora Manoel Vasconcelos; Senhora José Vasconcelos; Senhorita Ana Hora Prata; Senhorita Maria Lucia Alvares” (SERGIPE JORNAL, 09/12/1944, p. 4) – note mais um exemplo de mulheres sendo referenciadas a partir dos nomes dos seus maridos ou pais.

Conforme podemos constatar esses núcleos existiam na capital e no interior, a exemplo do núcleo de Simão Dias que, sob a direção de Deuzinha Ferreira, entregou à Comissão Central de ajuda a FEB “14 pares de meia, 2 blusões, 1 gorro e 1 cachecol” (CORREIO DE ARACAJU, 04/01/1945, p.6). Em Maroim, foi instalada, em 25 de novembro de 1944, uma Comissão de Ajuda à FEB, tendo como membros o vigário da cidade, “Pe. Luiz Gonzaga Passos”, “dr. Joaquim Valença Leite, sr. José Maynard, d. Elze Sobral e sr. Elito Menezes Siqueira” (CORREIO DE ARACAJU, 28/11/1944, p.1). Entre o final de janeiro e início de fevereiro de 1945, foi realizada nessa cidade uma festa em benefício da FEB, resultando na aquisição de 172,30 cruzeiros repassados para a Comissão Central de Ajuda. Também foram arrecadados pela Comissão local a quantia de 450,50 cruzeiros. Além disso, foi noticiado que a Comissão Central de Ajuda remeteu 241 agasalhos de lã a “Liga de Defesa Nacional”, situada no Rio de Janeiro (CORREIO DE ARACAJU, 15/02/1945, p. 4).

Até onde pesquisamos, com exceção do patronato de Helena Maynard, a participação da Comissão Estadual de Sergipe na “Campanha das Meias e Gorros de Lã, Sweeters e Cigarros” não é clara. Porém, na forma como foi organizada e no ato de mobilização das mulheres para trabalhar em favor da campanha, podemos perceber traços comuns da Legião. Além disso, tanto os dirigentes da Comissão de ajuda a FEB – organizada pelo Sindicato dos Estivadores de Aracaju, como os representantes do “Stalingrado Foot Baal Club” informaram

que os donativos arrecadados seriam enviados a CE (CORREIO DE SERGIPE, 21/12/1944, p.5). Assim, podemos trabalhar com a hipótese de que a CE possa ter atuado como intermediária dessas ações e/ou receptoras das doações que seriam repassadas à Força Expedicionária.

Helena Maynard, individualmente, também se mostrou uma corrente colaboradora da Legião, patrocinando eventos para angariar fundos para a instituição, como o festival artístico da “Companhia de Comédias Barrêto Junior”, realizado no Cineteatro “Rex”, no dia 8 de setembro de 1942, no qual foram arrecadados três contos e seiscentos mil réis doados à LBA (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 22/09/1942, p.4).

Em 1944, Maynard também patrocinou a festa “Sonho de Verão” – um “show, com cantos, danças, bailados, etc.” realizado “em benefício do Natal das Famílias dos Soldados Expedicionários Brasileiros”, “organizado e com a participação de distintas senhoras, senhoritas e cavalheiros da nossa sociedade, e contando com o concurso de duas afinadas orquestras com vasto e escolhido repertório”. Essa festa ocorreu no dia 16 de dezembro, no “salão superior do Edifício Macêdo”, na capital sergipana. (CORREIO DE ARACAJU, 24/11/1944, p.4; 19/12/1944, p.4)

Nos atos de Helena, ocorre uma evidente tentativa da imprensa local para promover a imagem da personagem, colocando-a como um sinônimo de exemplo e dedicação – à frente da CE, ela deveria ser um modelo a ser seguido. Na verdade, esses benfeitores além de praticarem “sadios princípios de brasilidades”, que deveriam ser reproduzidos pelos demais sergipanos, também promoveram com seus “atos de patriotismo” o nome de suas famílias e dos seus respectivos empreendimentos/sindicatos/associações – ao que parece, ajudar o país no esforço de guerra mostrou-se uma boa forma de autopromoção.

4.3 Os serviços e ações desenvolvidos pela CE

Entre os serviços desenvolvidos pela Comissão Estadual da LBA de Sergipe estavam a inscrição dos soldados da FEB e suas famílias. Quando o convocado se apresentava à Comissão, era preenchido uma “ficha de inscrição” com seus dados e os dados de seus dependentes, em seguida uma “visitadora” comparecia em sua residência a fim de colher as informações necessárias. Quando essas informações eram compatíveis com os dados fornecidos pelo soldado, a família recebia uma autorização para comparecer semanalmente à CE para receber alimentos. (CORREIO DE ARACAJU, 20/01/1944, p. 4)

O fornecimento dos alimentos se dava seguindo uma tabela, “organizada tendo em

vista a quantidade de cada alimento (carne, farinha, feijão, etc.), necessária a uma família de três, quatro, cinco pessoas etc.” – Esse fornecimento ocorria através de “um cartão de racionamento”, instituído em conformidade com essa tabela de alimentos, que também servia para controlar o estoque de gêneros. Esse mesmo processo também corria nos CM, porém as fichas de inscrições eram enviadas da CE para os Centros. (CORREIO DE ARACAJU, 20/01/1944, p. 4)

As fichas de inscrições serviam como mecanismo de controle para o 28º Batalhão de Caçadores. Conforme podemos perceber no convite a seguir:

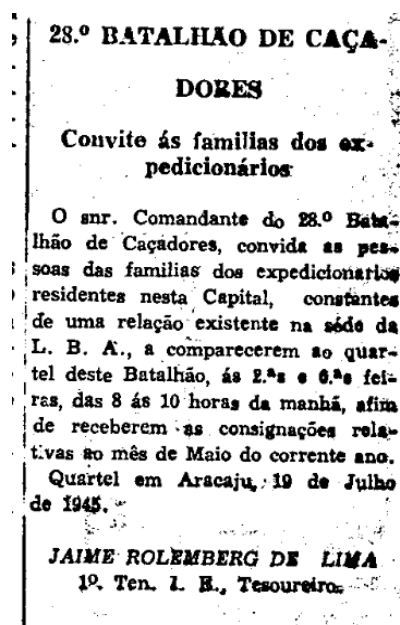


Figura 6 – 28º Batalhão de Caçadores. Fonte: CORREIO DE ARACAJU, 23/07/1945, p.6.

Conforme o *Correio*, a LBA de Sergipe atendia a mais de 1.500 famílias, totalizando uma média de 7.000 pessoas. Apenas em Aracaju eram assistidas 915 famílias dos convocados e, no interior, haviam 612 famílias. Além dessas, seguindo ordens de Helena Maynard, outras “72 famílias necessitadas” também recebiam quinzenalmente gêneros da Comissão e, semanalmente, mais 62 recebiam “cartões de auxílios diversos” (CORREIO DE ARACAJU, 20/01/1944, p. 3)

Para os “filhos e irmãos menores dos convocados”, o “Lactário Helena Maynard” distribuía 1.185 litros de leite. Para as crianças sob regime especial, prescrito em função do estado de saúde, a Comissão fornecia “Leite Condensado, Arrozina, Eledon, Nessucar e Molico”. Às crianças e jovens também eram entregues roupas confeccionadas na “Divisão de Costura” da CE ou nas residências de famílias colaboradoras. Conforme Simili, “nas espécies de roupas produzidas para homens, mulheres e crianças, embute-se um dos conceitos e práticas assistenciais: remediar os problemas sociais com distribuição de artefatos que

pudessem ajudar a minorar o sofrimento das mães e crianças afetadas pela guerra” (2008, p. 188).

A CE também prestava assistência médica, sob responsabilidade dos drs. Osvaldo Barreto Dantas, Lauro Porto, Carlos Souto e Walter Cardoso (esses dois últimos também eram professores do Curso de Alimentação). E ainda, fornecia aos pacientes os remédios que os médicos receitavam e, quando necessário, financiava a hospitalização de membros da família dos convocados (CORREIO DE ARACAJU, 20/01/1944, p. 3) – Em 24 de fevereiro de 1944, foi noticiada a inauguração na sede da CE do Posto de Assistência Médica da LBA, cujas instalações também incluíam uma seção de farmácia. (CORREIO DE ARACAJU, 24/02/1944, p. 4)

A Comissão mantinha, desde outubro de 1943, um “Departamento Jurídico”, dirigido pelo 2º Promotor Público de Aracaju, Paulo Costa – em fevereiro de 1945, Costa foi substituído por João de Araújo Monteiro (SERGIPE JORNAL, 15/02/1945, p.4). Esse Departamento efetuava de forma gratuita vários registros, principalmente os registros civis de nascimento (eram 70 por dia). Além de prestar assistência judiciária a todos os setores, esse Departamento também realizava casamentos – no natal de 1943, foram realizados 72 matrimônios (CORREIO DE ARACAJU, 20/01/1944, p. 3). A oficialização dos casamentos não era uma ação despretensiosa do Estado:

Os órgãos estatais se apoiavam no discurso da classe ascendente de profissionais liberais que serviam ao Estado, tais como profissionais da saúde, legisladores e juristas. Esses profissionais defendiam um modelo de casamento moderno e higiênico, origem das famílias e das relações estáveis, saudáveis e felizes. Para isso foram promovidos meios sutis de controle e persuasão a partir das escolas, dos serviços médicos e, principalmente, da assistência social. O Estado procurava promover e legitimar o casamento e a família nuclear como instituições naturais e socialmente necessárias para todas as classes (BESSE, 1999 apud BARBOSA, 2017, p. 100).

Assim, através do Departamento Jurídico (e dos outros setores das CE), o Estado colocava em ação seus mecanismos de controle social, procurando estabelecer a padronização famílias assistidas, de acordo com a idealização de família nuclear projetada pelos intelectuais apoiadores do Estado Novo.

Essa perspectiva de padronização não se restringia apenas a forma de organização familiar, alimentação e hábitos de higiene, mas também um ideal de beleza e de corpo. No Estado Novo, a partir de referenciais eugênicos, foi pensado um “novo homem” tanto no que dizia respeito a sua conduta moral, como em relação ao seu corpo. “Na capital sergipana, durante o Estado Novo (1937-1945), os principais gerentes desta pedagogia normatizadora dos corpos foram o Clero, o DEIP (Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda) e os

Serviços de Saúde Pública Municipal e Estadual” (MAYNARD, 2013, p. 59-60), esses “gerentes” promoviam “eventos de apologia racial”, como a semana da criança, dia da Saúde, jogos de verão, corrida de atletismo, etc.

O uso de eventos para propagar a perspectiva de corpo ideal também foi um recurso utilizado pela CE de Sergipe: Como parte das festividades da semana da criança, a Comissão promoveu o “Concurso de Robustez Infantil”, em 15 outubro de 1944 e em 12 de outubro de 1945, com premiação para a criança que mais se enquadrasse a esse padrão (SERGIPE JORNAL, 16/10/1944, p. 4; CORREIO DE ARACAJU, 08/10/1945, p. 4)

Na semana da criança, a Comissão também entregou registros civis de nascimento a crianças carentes (500 registros em 1944) e repassou donativos para “diversas instituições de assistência social” (SERGIPE JORNAL, 16/10/1944, p. 4), foram distribuídos “donativos as instituições de Proteção à Maternidade, à Infância” – Havia na CE um Serviço de Amparo à Maternidade, à Infância e à Adolescência, sob a direção do dr. Lauro Dantas Hora (CORREIO DE ARACAJU, 08/10/1945, p. 4). Na semana da criança de 1945, a Comissão também promoveu um “Torneio Educativo”.

Voltando ao Departamento Jurídico, segundo Barbosa, esse setor também prestava o serviço de “manutenção de 50% dos salários dos homens convocados para a guerra, destinados para suas famílias” (2017, p.116). Daí a necessidade das famílias dos soldados da FEB estarem inscritas da Legião – a instituição foi organizada de forma a tornar essas famílias, sob vários aspectos, dependentes dos seus serviços.

Como já sabemos, a CE também ofertava um Curso de Alimentação – só não podemos afirmar se esses cursos também eram destinados para as mães das famílias assistidas. Não obstante, segundo o *Correio*, a presidente da CE, Helena Maynard, planejava abrir uma escola de profissionalização feminina:

A iniciativa é, não há dúvida, das mais elogiáveis, pois dará às crianças e jovens do sexo feminino em Sergipe maiores possibilidades de adquirir conhecimentos necessários ao exercício das variadas profissões que acordam com o temperamento e a mentalidade da mulher.

A escola será construída nesta cidade, num terreno situado entre as ruas de Santa Luzia, Riachuelo e Espírito Santo, que o Governo do Estado foi, por decreto-lei publicado sábado, autorizando a adquirir, para doação à LBA (CORREIO DE ARACAJU, 10/01/1944, p.4)

Dois aspectos chamam atenção nessa nota. Primeiro, a questão da reprodução da ideologia dos papéis sociais, atribuindo a mulher atividades dentro do seu “temperamento e mentalidade”; segundo, note a relação evidente entre a CE e o Governo do Estado, simbolizando a parceria entre os sexos – evidenciando a escolha estratégicas das primeiras-

damas para presidentes das comissões e centros da LBA, e ainda promovendo a imagem de ambos, interventor e esposa. Não foi possível confirmar se esses cursos saíram do plano das ideias.

Na divulgação dos serviços da CE, nota-se o evidente esforço da imprensa local para promover a imagem da personagem Helena Maynard, colocando-a como um sinônimo de “exemplo e dedicação”:

D. Helena Maynard, apoiada pelo Interventor Maynard, está, como dissemos, dando à Legião o melhor dos seus esforços e sentimentos. Dedicada, bôa, amiga, a Presidente da Comissão Estadual da LBA, que diariamente comparece à sede da **sua** organização, atende com solicitude e carinho a quantos procuraram. E, muitas vezes, conversa demoradamente com uma mãe de um soldado, procurando compreender as suas necessidades e problemas. (CORREIO DE ARACAJU, 20/01/1944, p. 3 [grifo nosso])

Temos aqui mais um reforço dos papéis sociais: os adjetivos “dedicada, boa e amiga” empregados a Helena, são próprios do ideal de natureza feminina imposto na época – a construção da personagem foi feita no sentido de reforçar o papel empregado ao sexo feminino: a presidente era um referencial a ser seguido. Além disso, chama atenção o fato da CE ter sido apresentada como “sua”, colocando-a como posse da primeira-dama – assim, os serviços da Comissão (instituição) são atribuídos como se fossem de autoria de Helena (indivíduo). É visível que a posição de Helena Maynard na Legião foi usada para promover a ela e a seu marido (os jornais sempre procuram registrar o apoio do interventor). Tanto a nível estadual, como nacional, podemos perceber o uso dos serviços assistências da Legião para promover e legitimar os governantes.

4.4 Os usuários da Comissão Estadual da LBA de Sergipe

Existe um importante personagem, ao qual tivemos pouco ou nenhum acesso – visto que, nos jornais sua voz foi representada por terceiros e de forma homogênea, trata-se do povo, mais especificamente, os usuários da Comissão Estadual da LBA de Sergipe. Observe a seguir uma dessas representações:

No parque, diariamente, aquela multidão, Velhas com caras de vida em sofrimento, mulheres de meia idade que as amarguras da existência sacos, outras levando embrulhos, e crianças, muitas crianças, conduzindo garrafinhas de leite. Entravam naquele prédio largo, cujos salões já foram de baile, de música, de alegria restrita, entravam de mãos vazias e saíam assim, satisfeitos todas. (CORREIO DE ARACAJU, 20/01/1944, p. 4)

Nesse prisma, o povo foi aquele cujo a CE atendeu de prontidão em suas necessidades, saciou sua fome, vestiu suas crianças, tricotou agasalhos para aquecer seus

maridos e filhos no frio da Europa.... Analisando os serviços prestados pela Comissão de Sergipe, durante a Segunda Guerra Mundial, é possível perceber que eles foram, sobretudo, de caráter assistencialistas, voltado para atender às necessidades emergenciais ou imediatas das pessoas assistidas. Longe de significar um direito social, a assistência nesse período foi retratada como um “ato de vontade”. (SPOSATI, 2005)

Segundo Simili, “ao buscarem a assistência prestada pela instituição, as mulheres dos soldados caíam nas malhas e garras institucionais, tornando-se delas dependentes e cúmplices” (2008, p. 185). A relação de dependência do povo para com a instituição é percebida em algumas notícias, nas quais foi constante a narrativa sobre a procura diária de pessoas carentes pela CE – como uma multidão que se concentrava na frente do “antigo prédio do Recreio Club” (SERGIPE JORNAL, 18/09/1944, p.4). Mulheres e crianças eram os principais usuários dos serviços da Legião e, como já sabemos, nem todos eram familiares dos expedicionários.

Possivelmente por conta do controle do DIP e DEIP, esses usuários foram apresentados como indivíduos passivos e necessitados, que estavam “satisfeitos” com os serviços da LBA – numa evidente tentativa de homogeneizar a massa. Mas foi possível perceber ao menos uma fuga desse padrão: o *Correio*, na seção de “Fatos Policiais”, registou a briga entre duas mulheres, “Anete Freire de Andrade e Josefa Santos, aquela de 21 anos de idade e esta de 19, ambas de vida livre” que se agrediram verbal e fisicamente “por causa de uns prêmios recebidos por uma das duas da ‘L.B.A.’” (CORREIO DE ARACAJU, 22/12/1944, p.6). Naquele período, a expressão “vida livre” era empregada como sinônimo de prostituta. Essas mulheres lutaram corpo a corpo em um espaço público, contrariando a perspectiva da dona de casa, frágil, dócil, amável, amiga, abnegada... configurando o oposto do ideal de mãe e esposa almejado pelo Estado. Dessa forma, a relação dessas mulheres com a Legião chama atenção por elas não estarem dentro do seu perfil de pessoas assistidas (talvez elas fossem usuárias eventuais dos serviços dessa instituição).

Ainda sobre essa dependência, é importante observar que naquele período a condição de vida dos setores populares era precária, com a classe operária sob crescente exploração promovida pelas indústrias (que tinham o consentimento, cooperação e cumplicidade do Estado, através do modelo corporativista). Com o ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a situação das classes populares piorou (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007). O esforço de guerra exigiu muito da população, sob o pretexto de “dever para com a pátria”, o povo viveu sob constante privação e controle.

A contradição de ir para o exterior lutar pela democracia, enquanto internamente o

país vivia em uma ditadura, não demorou a ser percebida e explorada pelos opositores de Vargas. Na medida que o Estado Novo entrava em decadência, os “ruídos”, reprimidos pelo governo, foram ganhando força. Com a extinção do DIP e DEIP, em maio de 1945, o fim da guerra e as proximidades das eleições, esses ruídos tornaram-se vozes a atacar Getúlio Vargas e seus aliados. É nesse momento que foi possível perceber as críticas ao governo e suas instituições.

Talvez por ter se tornado popular entre a massa, a CE sergipana foi bastante criticada no último ano da guerra. Os jornais passaram a denunciar o uso da Comissão como Posto Eleitoral, “sede de partido político” (CORREIO DE ARACAJU, 07/04/1945, p. 6), na qual os serviços da LBA eram usados para angariar votos. Conforme podemos observar a seguir:

Vamos cuidar do povo, meus senhores.

Vamos evitar o triste quadro dos esmoleres às dezenas nas árvores do Parque Teófilo Dantas, crianças mirradas morrendo de fome, enquanto, lá defronte, na Legião Brasileira de Assistência, esquecida a pobreza, deslembrada a miséria humana, só se trata de política, de fornecer carteira de Identidade e Profissionais a eleitores, distribuindo dinheiro á farta com os que nunca se fartam de prestígio e de vantagens econômicas.

Vamos ver se a LBA volta à sua antiga finalidade, deixando de lado a política, porque assim não está certo... (SERGIPE JORNAL, 07/04/1945, p. 4)

Com o retorno dos expedicionários, a situação da LBA ficou mais difícil: começaram a surgir depoimentos sobre o seu mau serviço. Para desconstruir uma instituição representada por uma mulher, nada melhor do que outra, assim, o *Correio* promoveu a imagem das enfermeiras sergipanas que retornaram do *front* - A tenente-enfermeira Lenalda Campos foi a primeira a regressar. Em Sergipe, junto com o sargento Edson Moura Barreto, ela participou de uma sessão no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), na qual contou sua experiência na guerra. Quando perguntaram a Lenalda se os donativos angariados “chegaram às mãos dos pracinhas? ”, esta “ respondeu negativamente”,

Outra pergunta foi se de fato os combatentes brasileiros recebiam da Legião Brasileira de Assistência coisas de utilidade para aqueles momentos de guerra.

Mais uma vez a resposta foi negativa, sendo que Lenalda acrescentou que até os cigarros enviados pela LBA para os nossos irmãos, eram de pior qualidade. (CORREIO DE ARACAJU, 21/08/1945, p. 4)

Quando a tenente-enfermeira Jane Simões foi entrevistada, a mesma respondeu que recebeu da LBA um presente de Papai Noel:

Constava de uma caixa de papelão bem acondicionada. Tendo no seu interior uma escova de dentes de madeira, um tubo de pasta Colippe, uma meia (que melhor servia para o verão carioca quando estavam em pleno inverno italiano), um lenço muito ordinário, um pedaço de sabão de côco,

dois maços de cigarros Ritz e dois outros de cigarros Jangada (penso que nem os jangadeiros conheciam está marca).

– E estes cigarros eram bons, Jane?

– “Não, os provei, porém ofereci a italianos que viviam catando pontas de cigarros pelas ruas e um deles, depois de dar o que se chama na gíria a primeira tragada, olhou prá mim meio sufocado e disse: Non bonno, signorina” (CORREIO DE ARACAJU, 27/08/1945, p. 4)

Muitos pracinhas acusaram a Legião de enviar para eles “coisas inúteis e até ridículas”, José Pereira Sobrinho declarou que os cigarros que recebeu “eram dos piores que existiam no Brasil, como Jangada e Olinda, por exemplo. Tão ruins e tão velhos, que os italianos não queriam nem para matar formigas. Tão ruins e tão velhos que o nosso comandante mandou fazer uma fogueira”. No entanto, nem todos os pracinhas quiseram se pronunciar sobre o tema, José da Silva, por exemplo, afirmou que era pequeno, portanto não queria “falar de gente grande, dando a compreender com esse gesto que nada recebeu” (CORREIO DE ARACAJU, 04/09/1945, p. 4).

Infelizmente, mesmo com a extinção do DIP e do DEIP, os únicos discursos aos quais tivemos acesso foram os das enfermeiras e dos pracinhas. Os demais usuários da Legião, as famílias que a instituição assistia regularmente, não foram entrevistados. Os jornais, evidentemente, enxergaram nos heróis de guerra maior publicidade. Livre do controle desses Departamentos, cada um tratou de defender seus interesses e levantar suas bandeiras.

4.5 O Primeiro-damismo, o Estado Novo e a Assistência Social

Segundo Torres (2002), há indicativos de que a participação das primeiras-damas no cenário político do Brasil tenha tido início com a Imperatriz Leopoldina, esposa de Dom Pedro I, que participou ativamente no processo de emancipação política do país. Nesse sentido,

a figura da primeira-dama no Brasil, surge no contexto crucial de construção de nação brasileira, que exigia forte decisão e vontade política. Em outras palavras, o primeiro-damismo nasce eminentemente como gestão política da racionalidade decisória e de ascendência ao marido governante, diferente dos moldes de atuação das primeiras-damas dos governantes posteriores, que passaram a desenvolver atividades assistenciais vinculadas ao paternalismo e ao assistencialismo (TORRES, 2002, p. 82-83).

Depois de Leopoldina, a figura da primeira-dama só ressurgiu no governo de Getúlio Vargas, sobretudo a partir da década de 1940, através da atuação de Darcy Vargas no campo da assistência – foi a partir de Darcy que a imagem da primeira-dama passou a ser vinculada a assistência social. Porém, como Torres (2002) observou, as primeiras-damas posteriores a

Leopoldina desenvolveram atividades assistenciais ligadas ao paternalismo e ao assistencialismo.

A personagem da primeira-dama Darcy Vargas também emergiu num contexto específico – O Estado Novo foi um momento marcado “pelo aprofundamento do modelo corporativista”, que resultou na maior participação da burguesia industrial na gestão pública. O Estado procurou de várias formas favorecer o crescimento industrial, para tanto, aumentou sua intervenção no mercado de trabalho. De modo que, a acumulação de capital industrial não resultou em melhores condições para os trabalhadores, pelo contrário, estes sofreram com o arrocho salarial e a intensificação da exploração de sua força de trabalho. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 235)

Conforme Iamamoto e Carvalho (2007, p. 245), a LBA surge como uma resposta do Estado para obscurecer essa realidade que afligia “o proletariado e pequena-burguesia urbana”, corroendo “a base de sustentação da ditadura dentro dos setores populares”. Aproveitando-se do ingresso do Brasil na Primeira Guerra Mundial, o Estado lançou a “primeira campanha de assistência de âmbito nacional”, que se configurou através da Legião,

Sua organização estará profundamente ligada ao *preço* a ser pago pelo *esforço de guerra* – evidente queda do poder aquisitivo do proletariado e pequena-burguesia urbana – e às profundas transformações decorrentes do colapso do comércio internacional, que acelerarão o processo de aprofundamento do capitalismo. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 251)

Logo, a LBA surgiu como forma de institucionalizar a assistência no âmbito nacional, captar apoio político e garantir a legitimidade do governo entre as classes populares. Mais do que uma simples iniciativa de Darcy Vargas, o que podemos perceber é a mão do Estado procurando dominar a massa através do assistencialismo: “Na verdade, Getúlio cria uma instituição de bem-estar social para a atuação da primeira-dama. Ele institui a sua esposa na presidência da LBA com o objetivo de buscar a legitimidade do seu governo mediante a tática do assistencialismo como mecanismo de dominação política.” (TORRES, 2002, p. 86)

Assim, são as mãos de Vargas e dos seus apoiadores que facilmente percebemos em praticamente todas as ações e serviços desenvolvidos pela LBA. Nesse prisma, uma das funções de Darcy na instituição foi mobilizar as mulheres para o trabalho voluntário, formando um exército de mão-de-obra gratuita a disposição do Estado. No contexto de guerra, essas voluntárias foram direcionadas a suprir as necessidades dos expedicionários de vestimenta, agasalho, lençóis, fronhas, ataduras, cigarros, alimentos, conforto, conhecimento e etc., ao mesmo tempo em que se inseriram em suas casas, estudaram suas famílias,

interferiram nos seus arranjos e comportamentos.

Vargas aproveitou a experiência das mulheres com a prática de caridade e filantropia e transferiu para Legião, de modo que as ações dessa instituição foram percebidas como gesto de vontade, não como um direito de cidadania. Os sentimentos de bondade, benevolência e cuidado das mulheres foram apropriados pelo Estado como forma de atrair a população, criando com os usuários um vínculo de cumplicidade e dependência desses últimos. Dessa forma, as ações desenvolvidas pela LBA, lideradas pelas primeiras-damas, são empregadas na intenção de colocar em evidência a boa vontade dos seus governantes, tornando-os populares entre as camadas “subalternas”:

Assim, as primeiras-damas, com as suas atividades assistencialistas e benevolentes, acabam dando sustentação política ao poder local, materializada na legitimidade popular ao governo por elas conquistada com o seu trabalho, encarados como ações humanitárias realizadas pelos próprios governantes. (TORRES, 2002, p. 59)

Ao que tudo indica a estratégia de Vargas foi facilmente absorvida pelos interventores – e provavelmente pelos governos posteriores, nos explicando, em parte, porque a LBA sobreviveu ao fim da guerra, as críticas e denúncias da imprensa e ao fim do Estado Novo, permanecendo em cena até 1995. Ao estudarmos a atuação da Comissão Estadual da LBA de Sergipe foi visível o uso da instituição pelo interventor Augusto Maynard, através da gestão de sua esposa Helena, como forma de legitimar seu governo e popularizar sua imagem.

Além disso, também podemos perceber a mão do interventor direcionando as ações e serviços da CE – Foi Augusto Maynard que designou o professor Acrísio Cruz para auxiliar na Comissão. E, provavelmente, foi a seu pedido que o auxiliar de gabinete, o jornalista João Bezerra, acompanhou o jornalista do *Correio* em visita a sede da Comissão em janeiro de 1944. Em situações já especificadas foram essas pessoas que foram a voz da Legião em Sergipe. Como presidente da CE, Helena Maynard se pronunciou em público poucas vezes, registramos apenas duas situações: no ato de instalação solene da CE no Palácio do Governo, quando Maynard anunciou a finalidade da reunião e passou a palavra para Acrísio Cruz (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 19/09/1942, p. 4). E na inauguração do Posto de Assistência Médica da LBA, na qual “Helena Nobre Maynard, em poucas, mas expressivas palavras, declarou o mesmo inaugurado” (CORREIO DE ARACAJU, 24/02/1944, p.4)

Em ambas as situações o discurso de Helena foi breve. A presença da primeira-dama foi constantemente registrada nos eventos da capital, mas sua voz não foi muito corrente, como vimos, as explicações e instruções ficavam à cargo de pessoas designadas pelo

interventor. Simili (2008, p. 156) também observou que a participação de Darcy Vargas “nos acontecimentos não foi marcada pelo poder do verbo”, expressando um poder “minoritário, figurativo, acessório”. Porém, a mesma afirma que a presença de Darcy por si só já impunha uma desestabilização do poder majoritário masculino.

Sendo assim, é importante perceber Helena e Darcy como mulheres do seu tempo, espaço e classe social, sujeitas aos costumes e tradições, educadas para agirem dentro de papéis socialmente estabelecidos para cada gênero. Sob as diferenças biológicas entre os sexos foi construída uma série de comportamentos “apropriado” para este ou aquele gênero, visando sobretudo manter as mulheres sob o domínio dos homens. Através de discursos religiosos, políticos, filosóficos e científicos esses comportamentos foram naturalizados, designando para a mulher o espaço privado e para o homem o espaço público (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Se, no tempo presente, desprender-se desses discursos e construir sua própria identidade está longe de ser uma tarefa fácil, para uma mulher na década de 1940, educada dentro dos padrões tradicionais e dominantes, a situação certamente não era melhor. Dessa forma, não ter participado da LBA dentro dos moldes que nos foram ensinados como próprios de um (a) líder, não significa dizer que elas não foram atuantes. Acreditamos que elas agiram na Legião dentro dos limites que lhes foram permitidos.

No *Correio* foi registrado que Helena Maynard comparecia diariamente a sede da CE e atendia àqueles que a procuravam com “solicitude e carinho”, e conversava com “uma mãe ou uma irmã de um soldado” por um longo tempo, “procurando compreender de perto as suas necessidades e problemas” (CORREIO DE ARACAJU, 20/01/1944, p. 3). Conversar, ouvir e compreender eram atribuições comuns para as mulheres – Maynard pode não ter tido licença e/ou segurança para falar entre homens, mas dentro da instituição ela procurou agir conforme o que aprendeu.

Rocha-Coutinho observa que “a relação entre os sexos é socialmente construída e, como tal, vai variar com as mudanças na organização e estrutura social” (1944, p. 51). Essas mudanças costumam ser lentas, no interior de uma sociedade, no entanto, um evento externo pode acelerar as coisas. A guerra, por exemplo, é um desses eventos que geralmente causam profundas transformações – de acordo com Simili (2008), as lutas masculinas provocam alterações nas relações entre os gêneros. Essa mudança é mais perceptível entre as mulheres que, com a saída dos seus maridos para o *front*, são forçadas a procurar meios de prover as necessidades da família.

Ainda que as ações da LBA durante a guerra tenham sido, em sua maior parte, de

carácter assistencialista e paternalista, visando a promoção dos governantes, não podemos perder de vista as transformações que esta instituição proporcionou. Como já observarmos, só o fato de ter uma mulher na liderança já desestabiliza as estruturas tradicionais, e essa liderança foi registrada em todos os Estados e Municípios – Darcy, Alzira, Helena, Maria das Graças... mulheres que se inseriram num espaço demarcado e difícil de transitar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Legião Brasileira de Assistência foi responsável pela organização e institucionalização da assistência social no Brasil. Como vimos, a despeito das intencionalidades de Darcy Vargas, a Legião surgiu para cumprir um projeto idealizado por Getúlio Vargas, visando captar apoio político e garantir a legitimidade e o controle do governo sobre as classes populares, que estavam sofrendo as consequências do modelo corporativista.

Em Sergipe, a Comissão Estadual atuou na orientação e organização dos Centros Municipais, além de captar o apoio de pessoas e instituições particulares. Não obstante, também serviu para a promoção da imagem da primeira-dama Helena Maynard e do interventor Augusto Maynard, que participou de forma indireta (mas evidente) na gestão da Comissão. Ao que tudo indica, a velocidade da criação da CE em Sergipe pode ter ocorrido no intuito de mostrar o apoio e consonância do interventor Maynard com o presidente Vargas e o Estado Novo. Além disso, a imprensa aproveitou a comoção causada pelos torpedeamentos de agosto de 1942 e procurou canalizá-la para a Legião. Quem sabe por isso, foi registrada grande adesão da população, tanto em relação ao corpo de voluntárias como em relação às campanhas.

O Estado aproveitou o trabalho voluntário das mulheres para suprir as suas faltas com relação a força expedicionária, direcionando-as para atividades como confecção de artigos, arrecadação de donativos e prestação de serviços para a Legião. Não obstante, as voluntárias foram inconscientemente instruídas a transmitir o ideal de família nuclear para as pessoas assistidas pela instituição, servido ainda como vigilantes do governo. É importante observar que o controle do Estado também agiu sobre as legionárias, procurando moldá-las através dos cursos e mecanismos institucionais e sociais.

Muito pouco conseguimos apreender sobre as voluntárias sergipanas: uma parcela ficou no anonimato, enquanto as mulheres oriundas de famílias tradicionais, tiveram seus nomes divulgados, mas foi apenas isso, os jornais não registraram suas funções com precisão, sabemos apenas que essas legionárias atuaram principalmente como costureiras e visitadoras – há indícios de que elas também possam ter atuado como monitoras da alimentação.

As ações da CE de Sergipe foram principalmente de caráter assistencialista, voltadas para suprir necessidades imediatas, gerando dependência dos usuários para com a instituição. Esses usuários não se restringiam a apenas famílias dos convocados, foi dado espaço para

outras pessoas em situação de vulnerabilidade social. Observamos que as ações e serviços da Comissão foram divulgadas pela imprensa de modo a destacar a presidente da instituição e seu esposo, popularizando e legitimando o governo do estado – Talvez por isso, a LBA tenha sido alvo de duras críticas com o processo de desestruturação no Estado Novo.

A participação de Helena Maynard na Comissão não foi marcada por grandes discursos, mas devemos encará-la como uma mulher do seu tempo, espaço e classe social. Nota-se que ao mesmo tempo em que a Legião foi um mecanismo usado para reforçar o papel submisso da mulher, também criou condições para sua profissionalização e possibilitou sua atuação, ainda que tímida, nos espaços públicos. Sendo assim, acreditamos que LBA provocou mudanças no cotidiano das mulheres que se envolveram no movimento, mas a profundidade dessas mudanças é difícil precisar, depende da individualidade da mulher e do espaço sócio-cultural-econômico no qual estava inserida.

Intencionalidades e oportunismos à parte, a LBA foi fundamental para a implantação e organização da assistência social a nível nacional, permanecendo na atividade por mais de 50 anos. De modo que, no tempo presente, é possível perceber práticas remanescentes dessa instituição. Por exemplo, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que opera nos municípios e Distrito Federal, realiza atividades como atendimento institucional, visita domiciliar, orientação e viabilização do acesso dos usuários a programas, benefícios, projetos e serviços, como o serviço Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). A família, nos seus diversos arranjos, permanece sendo o foco da assistência social.

No Brasil, os estudos sobre a LBA ainda são poucos, em Sergipe, menos ainda. Mas, por tudo o que pesquisamos e estudamos até aqui, é de suma importância que as pesquisas continuem, tanto para conhecermos a história da instituição e sua contribuição para a assistência social, como para aprendermos um pouco sobre a história das mulheres que se envolveram com a instituição, seja como presidente, voluntária ou usuária, e analisarmos as construções sociais que permearam as perspectivas e debates sobre gênero.

FONTES

- **DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE** (setembro a outubro de 1942)

Gabinete da Interventoria: Noticiário. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, 01/09/1942, p.5.

Gabinete da Interventoria: Noticiário. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, 03/09/1942, p. 4-5.

Legião Brasileira de Assistência aos Soldados. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, 05/09/1942, p.5.

Legião Brasileira de Auxílio as Famílias dos Soldados – Aberta a inscrição para voluntariado feminino. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**. 12/09/1942, p. 4

A Associação de Imprensa e a campanha pró-Legião Brasileira. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, 14/09/1942, p. 3.

Legião Brasileira de Assistência às Famílias dos nossos Soldados. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, 16/09/1942, p.6.

Instalado o Núcleo Municipal da Legião Brasileira de Assistência de Neópolis. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, 17/09/1942, p.6.

Campanha da Legião Brasileira: Um ato de patriotismo da diretora da Escola “Sta. Teresinha”. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, 17/09/1942, p.6.

A instalação solene da Comissão Central da Legião Brasileira de Assistência. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, 19/09/1942, p. 4.

Voluntárias da Legião Brasileira de Assistência. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, 19/09/1942, p. 4.

Uma importante colaboração pró-Legião Brasileira de Assistência: A solidariedade do Curso Profissional Feminino do Instituto “Coelho e Campos”. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, 21/09/1942, p. 4.

Legião Brasileira de Assistência: Expediente do dia 21 de setembro de 1942. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, 22/09/1942, p. 4

Legião Brasileira de Assistência: Depositado no Banco do Brasil a quantia de três contos e seiscentos mil réis. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, 22/09/1942, p.4.

Legião Brasileira de Assistência em Japaratuba. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, 22/09/1942, p.4.

Legião Brasileira de Assistência: As fábricas de tecidos emprestam sua colaboração à Legião. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, 23/09/1942, p. 3

Legião de Assistência. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, 24/09/1942, p.5.

Legião Brasileira de Assistência. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, 29/09/1942, p. 4-5.

Legião Brasileira de Assistência: Organização dos Centros Municipais. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, 30/09/1942, p. 5-6.

Campanha pró-Legião Brasileira de Assistência. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, 05/10/1942, p. 3.

Instalação do Centro Municipal de Itabaiana. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, 06/10/1942, p. 4-5.

A Instalação do Centro Municipal de Laranjeiras. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, 07/10/1942, p.3.

Legião de Assistência. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, 12/10/1942, p. 6-7.

Legião Brasileira de Assistência: A instalação do Centro Municipal de Riachuelo. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, 13/10/1942, p.5.

- **CORREIO DE ARACAJU (1943-1945)**

PEREIRA, Maura de Sena. As altas finalidades da Legião Brasileira de Assistência. In: **Correio de Aracaju**, 08/02/1943, p. 2

Pequenas notícias. **Correio de Aracaju**, 04/03/1943, p.4

Para o segundo treinamento do alerta antiaéreo. **Correio de Aracaju**, 19/03/1943, p.4

Pequenas notícias. **Correio de Aracaju**, 20/03/1943, p.4

Sergipe terá uma escola profissional feminina. **Correio de Aracaju**, 10/01/1944, p.4

Cruzada do livro para o combatente. **Correio de Aracaju**, 20/01/1944, p. 2

Uma obra que merece o apoio de todos os sergipanos: A Legião Brasileira de Assistência está ajudando a mais de 1.500 famílias pobres. **Correio de Aracaju**, 20/01/1944, p. 3-4.

Inaugurado o Posto de Assistência Médica da L.B.A. **Correio de Aracaju**, 24/02/1944, p.4

Campanha do livro para o combatente. **Correio de Aracaju**, 21/03/1944, p.4

Pequenas notícias. **Correio de Aracaju**, 21/07/1944, p. 4

Campanha de ajuda ao soldado Combatente: Apoio do Interventor Maynard à patriótica iniciativa do Sindicato dos Estivadores. **Correio de Aracaju**, 24/07/1944, p. 4

Madrinhas dos combatentes brasileiros. **Correio de Aracaju**, 26/08/1944, p.2

Donativos as Forças Expedicionárias Brasileiras: bela atitude do operariado aracajuano. **Correio de Aracaju**, 29/09/1944, p. 4

Programa de comemorações de amanhã. **Correio de Aracaju**, 09/11/1944, p.4

Ajudemos os nossos expedicionários: organizada, em Sergipe, a Comissão de ajuda às tropas da F.E.B. **Correio de Aracaju**, 21/11/1944, p.4

Sonho de Verão. **Correio de Aracaju**, 24/11/1944, p.4;

Comissão de Ajuda à Força Expedicionária Brasileira. **Correio de Aracaju**, 28/11/1944, p.1.

Campanha de Ajuda ao Corpo Expedicionário. **Correio de Aracaju**, 07/12/1944, p.4

Campanha de Ajuda ao Corpo Expedicionário. **Correio de Aracaju**, 09/12/1944, p. 6.

Palco-Studio: comentário. **Correio de Aracaju**, 19/12/1944, p.4

Matinê dançante no “Stalingrado” em benefício da F.E.B: convidado o “Correio”. **Correio de Aracaju**, 21/12/1944, p.5

Fatos policiais: Lutavam em plena rua. **Correio de Aracaju**, 22/12/1944, p.6

Campanha de Ajuda ao Corpo Expedicionário: A cooperação de Stalingrado F.C. **Correio de Aracaju**, 30/12/1944, p.6

Campanha de Ajuda ao Corpo Expedicionário. **Correio de Aracaju**, 04/01/1945, p.6

Legião Brasileira de Assistência: CE em Sergipe. **Correio de Aracaju**, 15/02/1945, p. 4

Campanha de Ajuda à Força Expedicionária Brasileira: Festa na cidade de Maroim – outras notas. **Correio de Aracaju**, 15/02/1945, p. 4

Rumo certo. **Correio de Aracaju**, 07/04/1945, p. 6

28º Batalhão dos Caçadores: Convite às famílias dos expedicionários. **Correio de Aracaju**, 23/07/1945, p.6

A sessão de ontem no Instituto Histórico: Lenalda Campos e Edson Moura Barreto responderam várias perguntas da assistência. **Correio de Aracaju**, 21/08/1945, p. 4

Uma entrevista com Jane Simões “O fascismo só a bala; e isto nós o fizemos”. **Correio de Aracaju**, 27/08/1945, p. 4

Falam ao “Correio” dois expedicionários. **Correio de Aracaju**, 04/09/1945, p. 4

Dia 17. **Correio de Aracaju**, 08/10/1945, p. 4

- **SERGIPE JORNAL (1944-1945)**

Curso de Alimentação da L.B.A. **Sergipe Jornal**, 21/07/1944, p.4.

Pela L.B.A. em Sergipe. **Sergipe Jornal**, 18/09/1944, p.4.

A festa de ontem na L.B.A. **Sergipe Jornal**, 16/10/1944, p.4.

A passeata dos estudantes do Colégio Estadual de Sergipe. **Sergipe Jornal**, 27/11/1944, p.4

Foto. **Sergipe Jornal**, 28/11/1944.p.4.

Festas. **Sergipe Jornal**, 21/12/1944, p. 4.

Campanha de ajuda ao Corpo Expedicionário. **Sergipe Jornal**, 09/12/1944, p. 4

Nomeações. **Sergipe Jornal**, 15/02/1945, p.4

A festa de ontem na L.B.A. **Sergipe Jornal**, 16/10/1944. P.4

Campanha de ajuda ao Corpo Expedicionário: A contribuição do Sindicato de Panificação.

Sergipe Jornal, 13/12/1944, p. 4

Não está certo...**Sergipe Jornal**, 07/04/1945, p. 4.

- **FOLHA DA MANHÃ (1942)**

De luto o Brasil: Reina consternação em todo território Sergipano. **Folha da Manhã**, 18/08/1942. p. 1.

Sergipanas! **Folha da Manhã**, 19/09/1942, p. 1.

Sergipanos! **Folha da Manhã**, 19/09/1942, p. 1.

Legião Brasileira de Assistência: Instalação solene da Comissão Estadual, ontem, no salão nobre do Palácio do Governo. **Folha da Manhã**, 19/09/1942, p. 4.

MELO, Maria das Graças A. A mulher e a Guerra. In: **Folha da Manhã**, 28/09/1942, p.2

Campanha Pro-Legião Brasileira de Assistência. **Folha da Manhã**, 03/10/1942, p.4

Adiada nesta capital a entrega de lençóis, fronhas e roupetas, à Legião Brasileira de Assistência. **Folha da Manhã**, 04/11/1942, p.4.

Legião Brasileira de Assistência: campanha pro-aquisição de lençóis, fronhas e roupetas. **Folha da Manhã**, 18/11/1942, p.4.

Gesto dignificante. **Folha da Manhã**, 03/12/1942, p. 3.

- **CORREIO DA MANHÃ (1942)**

As Finalidades da Legião Brasileira de Assistência. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 01/09/1942, p.3.

- BRASIL. **Estatutos da Legião Brasileira de Assistência. Rio de Janeiro**, 1942. Documento do arquivo Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=FGV_AVAP_VPU&PagFis=4004&Pesq= >. Acesso em 19/05/2018.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Raquel Anne Lima de. Sergipe, 1942 e o ataque do submarino u-507: algumas notas sobre suas vítimas. In: MAYNARD, Andreza S. C.; BARBOSA, Caroline de Andrade; MAYNARD, Dilton C. S. (Orgs.). **Segunda Guerra: Histórias de Sergipe**. Recife: EDUPE, 2016.

BARBOSA, Michele Tupich. **Legião Brasileira de Assistência (LBA): O protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946)**. Tese (Doutorado em História) apresentada ao Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Disponível no endereço eletrônico: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras>> Acesso em: 01/09/2018.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

BRASIL. Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1995/medidaprovisoria-813-1-janeiro-1995-377320-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 20/07/2018.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GOMES FILHO, Elísio. “U-507: um estudo interpretativo das ações de um submarino alemão nas águas do Brasil”. **Navigator**, n.3, v.2, junho de 2006.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação história-metodológica**. 21ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

JORDAN, David. **História da Segunda Guerra Mundial: A maior e mais importante guerra de todos os tempos**. São Paulo: M. Books Brasil, 2011.

LOCHERY, Neill. **Brasil: os frutos da guerra**. Tradução: Lourdes Sette. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

MAYNARD, Andreza S. Cruz. A guerra do ‘pão de ouro’: a variação dos preços de alimentos em Aracaju (1939-1945). In: MAYNARD, Andreza S. C.; BARBOSA, Caroline de Andrade; e MAYNARD, Dilton C. S. (Orgs.). **Segunda Guerra: Histórias de Sergipe**. Recife: EDUPE, 2016.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. “As Feias têm direito à Felicidade”: Aracaju e a

apologia corporal. In: MAYNARD, Dilton Cândido Santos; MAYNARD, Andreza Santos Cruz (Orgs). **Leituras da Segunda Guerra Mundial em Sergipe**. São Cristóvão: UFS, 2013.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. **Ao pé do Ouvido**: Sergipe, o Estado Novo e a Criação da Rádio Aperipê. São Cristóvão: UFS, 2014.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos; ASSIS, Raquel Anne Lima de. O fim do mundo começou no mar: os ataques do submarino U-507 no litoral sergipano em 1942. In: MAYNARD, Dilton Cândido Santos; MAYNARD, Andreza Santos Cruz (Orgs). **Leituras da Segunda Guerra Mundial em Sergipe**. São Cristóvão: UFS, 2013.

MENEZES, Edmilson. Memória em espelho: notas biográficas de Laura Amazonas. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 47, vol. 2: Dossiê Escritas de Si, 2017 (p. 218-227). Disponível em: <<https://www.revistaihge.org.br/index.php/revista/article/viewFile/533/480>> Acesso em: 19/08/2018.

MOURA E SILVA, Jayme de; DUARTE, Paulo Roberto dos F. S. **As origens da LBA**. Boletim Memória da Assistência Social. Vol. 1. Rio de Janeiro: Fundação Legião Brasileira De Assistência, 1977. Documento do arquivo Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=FGV_AVAP_VPU&pasta=AVAP%20vpu%20lba%201977.03.29> Acesso em 19/05/2018.

OLIVEIRA, Marlíbia Raquel de. Expedicionários sergipanos: o antes de ir e o regressar da guerra. In: MAYNARD, Andreza S. C.; BARBOSA, Caroline de Andrade; e MAYNARD, Dilton C. S. (Orgs.). **Segunda Guerra**: Histórias de Sergipe. Recife: EDUPE, 2016.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos**: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SHURSTER, Karl. Com que roupa eu vou para a guerra que você me convocou? Política e imprensa durante a Segunda Guerra Mundial em Pernambuco (1942-1945). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SHURSTER, Karl (Orgs). **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política**: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945). São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Políticas de Gênero na Segunda Guerra Mundial**: As roupas e a moda feminina. Acervo, Rio de Janeiro, v. 25, nº2, p. 121-142, Jul./Dez. 2012.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira et. Al. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras**: Uma questão de análise. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **A menina LOAS**: um processo de construção da Assistência Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TORRES, Iraíldes Caldas. **As Primeiras-damas e a Assistência Social**: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.

VARGAS, Alzira. **Getúlio Vargas, meu pai**: memórias de Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.